



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Alberto André Barreto Martins

**Sub-representação das mulheres na Câmara Legislativa do Distrito
Federal: uma análise das carreiras das deputadas distritais**

Brasília
Junho/2016

Alberto André Barreto Martins

**Sub-representação das mulheres na Câmara Legislativa do Distrito
Federal: uma análise das carreiras das deputadas distritais**

Monografia elaborada pelo estudante
Alberto André Barreto Martins, matrícula
12/0108372, como exigência do curso de
graduação em Ciência Política da
Universidade de Brasília

Orientadora: Professora Danusa Marques

Brasília
Junho/2016

Folha de Aprovação

Trabalho apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOP/UnB), sob orientação da Professora Danusa Marques e aprovada por:

Professora Danusa Marques (IPOP/UnB)

Professor Carlos Augusto Mello Machado (IPOP/UnB)

Agradecimentos

O presente trabalho somente foi possível com a contribuição e compreensão de Alessandra e Henrique, que, por seu amor incondicional, abdicaram de horas de convívio em prol dos meus estudos e pesquisas. A eles, todo meu agradecimento e amor.

Agradeço também a todos os amigos e colegas de curso que, durante esses quatro últimos anos, contribuíram com suas ideias e compartilharam de sua amizade e companheirismo. Do mesmo modo, a todos os professores que, nesta caminhada, transmitiram seu conhecimento por meio da nobre arte do magistério. A todos eles, meus sinceros agradecimentos.

Finalmente, agradeço a minha orientadora, Professora Danusa Marques, pelos ensinamentos dentro de sala de aula que me serviram de inspiração para a concepção do presente trabalho e pela dedicação, paciência e sabedoria na condução da orientação dessa monografia. A ela, minha admiração e respeito.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo contribuir para os estudos relacionados à representação política, em especial compreender o fenômeno da sub-representação das mulheres na política.

Por meio da análise da carreira política das deputadas distritais eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) ao longo de seus 25 anos de funcionamento, foi possível traçar os caminhos percorridos pelas parlamentares e, juntamente com uma revisão bibliográfica dos temas relacionados ao assunto, identificar as barreiras e obstáculos existentes para as mulheres ocuparem os espaços político decisórios.

Ao final, foram propostas medidas para se reduzir a desigualdade entre homens e mulheres no campo político e, assim, buscar-se uma representação justa e igualitária entre os gêneros na política.

Sumário

Lista de Partidos Políticos	I
Introdução	1
Metodologia	3
Capítulo 1 – Representação política	4
Capítulo 2 – Sub-representação das mulheres na política	22
2.1. Política de cotas	24
2.2. Gênero e representação política	29
Capítulo 3 – Campo, <i>habitus</i> e capital político	32
Capítulo 4 – Carreiras políticas e gênero	39
Capítulo 5 – Mulheres e eleições no Brasil	46
5.1. Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	49
5.2. Perfil das deputadas distritais	51
Capítulo 6 – Resultados	64
Conclusão	76
Anexo	80
Bibliografia	86

Lista dos Partidos Políticos:

PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

DEM - DEMOCRATAS

PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PP - PARTIDO PROGRESSISTA

PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PSD- PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PPL - PARTIDO PÁTRIA LIVREPL - PARTIDO LIBERAL

PEN - PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

PDS - PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PTR - PARTIDO TRABALHISTA RENOVADOR

SOLIDARIEDADE

Introdução

A sub-representação política das mulheres é um fato observado em todo o mundo. Apesar de o número de mulheres nos parlamentos e nas casas legislativas variar entre os países, de um modo geral, os percentuais situam-se abaixo dos 40%, segundo o Ranking Mundial de Participação Feminina no Parlamento divulgado em 2014 pela União Interparlamentar (UIP).

No Brasil, esse fato também é observado, mas em níveis muito mais alarmantes. Em nosso país, o percentual de mulheres nas casas legislativas é, normalmente, abaixo dos 20%. Especificamente no Distrito Federal, o percentual de deputadas na Câmara Legislativa após as eleições de 2014 é de 20,83%, percentual muito baixo quando observada a variação da população quanto ao gênero. Diante de tal constatação, pergunta-se por que isso acontece. Por que, em uma sociedade em que, em média, 50% da população é formada por mulheres, este número não se reflete na representação política?

Diversos fatores podem explicar esse fato, tal como a sociedade patriarcal, a socialização diferenciada entre homens e mulheres, a construção da separação entre a esfera pública/política da esfera privada/doméstica, com o insulamento da mulher nesta última, a construção social que subordinou as mulheres perante os homens etc. Todos esses fatores foram explorados por diversos autores ao longo dos anos, em especial a partir dos anos de 1960 graças ao fortalecimento da teoria política feminista.

A consequência desses fatores é, como afirmado anteriormente, a baixa representação feminina na política. Ainda assim, algumas mulheres conseguem eleger-se para cargos públicos. Por esse motivo, estudar a forma pela qual elas conseguem atingir tais cargos, como constroem suas carreiras políticas e mantêm-se nelas pode ser uma alternativa interessante na tentativa de explicar a sub-representação feminina nas casas legislativas. Ou seja, ao observar e tentar entender os casos das poucas que conseguem ingressar no campo político, pode-se explicar porque muitas não conseguem.

Com esse objetivo, o presente trabalho irá analisar a carreira das deputadas distritais eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) desde a sua primeira legislatura, no ano de 1991. Esse recorte foi escolhido por ser possível analisar toda a história da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que até hoje

contou com apenas sete legislaturas. Além disso, o cargo de deputado distrital é a porta de entrada na vida pública no Distrito Federal, pois nessa unidade da federação não há eleições municipais para vereadores e prefeitos.

Outro motivo para a escolha do recorte local é o fato de os estudos sobre o tema focarem, em sua maioria, no nível nacional.

Nesse período, apenas 17 mulheres foram eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), número muito baixo quando considerado que, a cada eleição, são eleitos 24 deputados distritais.

Na primeira parte do presente trabalho será apresentada a construção do conceito de representação política. A seguir, será analisada a sub-representação política das mulheres, dando destaque às alternativas apresentadas para alterar essa realidade, em especial ações afirmativas como a lei de cotas. Depois, a construção dos conceitos bourdianos de campo, *habitus* e capital político será explorado e analisado sob a sua contribuição ao debate sobre gênero e representação política. Em seguida, será feito um apanhado do histórico das mulheres na política brasileira e, em especial, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), inclusive com a apresentação do perfil bibliográfico das 17 deputadas distritais já eleitas. Por fim, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa relacionada à carreira destas 17 deputadas.

Com o presente trabalho, espera-se contribuir para os estudos relacionados aos temas da representação política, da sub-representação das mulheres e de carreiras políticas, além de sinalizar no sentido de que medidas institucionais, como ações afirmativas e reformas políticas amplas, devem ser implementadas para permitir que as mulheres ocupem efetivamente os espaços político decisórios, como medida de justiça e verdadeira igualdade entre os gêneros, pilar básico para a realização da democracia.

Metodologia

O presente trabalho teve por base uma revisão bibliográfica de diversos autores que estudam o tema da representação política, da sub-representação das mulheres e da teoria política do feminismo, além de textos relacionados a carreiras políticas. Foram coletados dados eleitorais junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dados bibliográficos das deputadas distritais junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), à base de dados da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/FGV) e em páginas e blogs pessoais na internet. Os dados coletados foram compilados utilizando-se o programa Sphinx e analisados por meio de tabelas confeccionadas no referido software e também no Microsoft Excel. Com base nesses dados, foram observados os casos e analisados à luz da literatura sobre o tema de carreiras políticas.

Capítulo 1

Representação política

O conceito de representação política é de difícil definição, tanto por conta do desenvolvimento histórico do termo ao longo do tempo quanto por causa dos diferentes significados que pode ter a palavra “representação”. A noção mais comum é entender o ato da representação como tornar presente aquilo que está ausente (Pitkin, 2006). O termo *repraesentare* é de origem latina e significa “*tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente*” (Pitkin, 2006: 17).

Foi Pitkin, em sua obra *O conceito de representação* (1967), que resgatou historicamente os diferentes significados da representação, com o propósito de conceituar o termo e entendê-lo a partir de sua dimensão política. Por esse motivo, esse estudo é a referência mais importante até os dias de hoje sobre representação política.

Para Pitkin (1967), a introdução do sentido moderno da noção de representação na teoria política se deu por Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã* (1651). O autor define o ato de representar da seguinte forma:

Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou uma só pessoa, de maneira que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz com que a pessoa seja uma. E é o representante o portador da pessoa, e só de uma pessoa. Esta é a única maneira pela qual é possível entender a unidade de uma multidão (Hobbes, 2004: 137)..

Hobbes, assim, entende o ato de representar como um desdobramento da pessoa, por meio do seu representante, mandatário, advogado, deputado ou procurador (2004: 135).

Conforme explicita Pitkin:

No *Leviathan*, Hobbes define a representação em termos dos aspectos formais da agência legal, especialmente em termos de autorização: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. A representação pode ser limitada, sendo autorizadas apenas algumas ações específicas sob restrições específicas, ou pode ser ilimitada (Pitkin, 2006: 28).

Para chegar a esse conceito, Hobbes, segundo Pitkin (1967: 7), distinguiu as pessoas entre naturais e artificiais: as primeiras agem por si mesmas, enquanto as segundas agem por outrem. Assim, no caso das pessoas artificiais, constrói-se a dualidade entre representante e representado.

A partir do amplo debate sobre os sentidos da representação Pitkin diferencia quatro formas de representação: a formalista, subdividida em autorização e *accountability*; a descritiva; a simbólica; e a substantiva. Aqui é importante ressaltar que, no debate mais contemporâneo acerca da *accountability*, esta não deve se limitar apenas ao momento da eleição, mas sim se dar de forma contínua durante todo o mandato do representante. Até porque, como salientam Manin, Przeworski e Stokes (2006: 132-133), “as eleições não são mecanismos suficientes para assegurar que os governantes farão tudo o que puderem para maximizar o bem-estar dos cidadãos”, ainda mais porque o controle dos representados sobre os representantes, na maioria das democracias, é imperfeito.

Entender que o voto encerra a ideia de autorização e de *accountability* é um pensamento limitado, pois:

Mesmo se as responsabilidades forem claramente assi-nadas, os maus governos puderem ser castigados e os bons eleitos, os eleitores forem bem informados sobre a relação entre políticos e interesses específicos, e o comportamento dos políticos em busca de rentabilidades estiver sujeito a escrutínio cuidadoso, a eleição não é um instrumento suficiente de controle sobre os políticos. Os governos tomam milhares de decisões que afetam o bem-estar individual. E os cidadãos têm apenas um instrumento para controlar essas decisões: o voto. Não é possível controlar milhares de metas com um instrumento (Manin, Przeworski e Stokes, 2006: 133-134).

Assim, a constante prestação de contas é fundamental para que ocorra *accountability* e, conseqüentemente, um controle maior do cidadão sobre o eleito, melhorando a qualidade da representação.

A representação formalista é aquela em que o representado dá ao representante o direito de representá-lo, de agir em seu nome, através de uma autorização, e o representante deve prestar contas de seus atos ao representado (*accountability*). Este conceito de representação formalista só é possível graças à distinção entre pessoa natural e pessoa artificial desenvolvido por Hobbes e utilizado por este para fundamentar a noção de contrato entre os indivíduos (representados) e o

soberano (representante), para este agir em nome daqueles graças à autorização concedida, que concede poder e legitimidade ao soberano.

Neste modelo de representação, portanto, está presente tanto a representação por autorização prévia (autorização), quanto a representação por responsabilização posterior (*accountability*).

A visão formalista de representação, para Pitkin, é limitada. Analisando a autora, Sacchet aduz o seguinte:

O foco na autorização faria com que todo representante eleito fosse considerado representativo, e uma avaliação sobre a qualidade da representação não faria sentido na medida em que, uma vez autorizado, o legislador teria liberdade para agir como bem entendesse e qualquer ato do representante seria considerado representação. Essa visão não considera como os representantes devem agir, o que é esperado que eles façam ou se as suas ações representativas são boas ou ruins, o que para a autora é inaceitável, pois representação não significa apenas agir com autorização de outra pessoa, e sim pelo interesse dela (Sacchet, 2012: 410).

Ainda que a *accountability* tenha como objetivo limitar a extensão da autorização, exigindo a prestação de contas por parte do representante ao representado, tal entendimento leva ao extremo ao considerar o representante como mero delegado do representado, tendo que responder perante este por todas as suas ações, o que também seria problemático para Pitkin (1967: 55).

Entretanto, reconhece-se que atualmente tanto a autorização quanto a *accountability* são instrumentos essenciais que mantêm o vínculo entre representantes e representados e que garantem a legitimação desta relação (Miguel, 2014:117-118).

É importante lembrar, neste ponto, que durante muito tempo a principal discussão que havia sobre o tema era em torno da polêmica entre mandato livre e independente, ou seja, se o representante deve fazer aquilo que os representados queriam ou se é livre para fazer o que achasse melhor. Segundo Pitkin (2006: 30) “a discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente.”

O fundamental é ressaltar que a polêmica sobre mandato e independência proporcionou um debate acerca da relação entre representado e representante, sobre o que este representa e em que medida esta representação ocorre. A distinção entre estas duas concepções pode ser bem entendida na seguinte passagem de Pitkin:

O teórico do mandato imperativo diz: se a situação é tal que já não possamos ver os constituintes como presentes, então, não há representação; e se o homem vota habitualmente o oposto dos seus desejos, nós já não podemos vê-los como presentes no seu voto. No máximo, poderá ser uma representação formal; eles estarão obrigados pelo seu voto. O teórico do mandato independente diz: se a situação é tal que já não possamos ver o representante a agir, mas em vez disso vemos os constituintes a agir directamente por si mesmos, então não há representação; e onde ele leva a cabo as suas ordens, meramente, eles parecem estar a agir directamente por si mesmos. No máximo, pode ser dito que ele “está por eles” de forma descritiva ou simbólica, mas não que os representa na sua actividade (Pitkin, 1967: 153).

O abade francês Emmanuel Sièyes foi um dos que defendeu o mandato livre por meio da representação política. Nos debates sobre a Constituição francesa logo após a Revolução de 1789, Sièyes sustentou que os representantes eleitos nas diversas localidades do país, ao chegarem à assembleia, deixavam de estar ligados àquelas comunidades e passavam a ter um compromisso maior com a nação.

Sièyes vai além ao afirmar ainda que o mandato não apenas deveria ser livre, mas também que a deliberação dos representantes deveria sempre buscar a vontade geral comum:

Não se trata, tampouco, de proceder a um escrutínio democrático, mas sim, de forma diferente, de propor, escutar, consentir, modificar a própria opinião; em definitivo, de formar em comum uma vontade comum (Sièyes, 1990: 119).

O governo representativo, assim, é defendido em detrimento da democracia, aqui entendida como assembleísmo no qual os indivíduos defenderiam seus próprios interesses particulares. Conforme expõe Sièyes (1990: 109 e 119):

Com efeito, posto que resulta e tudo evidencia que cinco ou seis milhões de cidadãos ativos, divididos em mais de vinte e cinco mil léguas quadradas, não podem reunir-se em assembleia, é natural que aqueles não possam aspirar senão uma legislatura por representação.

(...)

Se os cidadãos transmitiram vontades particulares e prévias por meio de seus comitentes, não se trataria de um governo representativo, mas sim de um governo democrático (Sièyes, 1990: 109 e 119).

Dentre os que defendiam a independência, e na mesma linha do entendimento de Sièyes, o que mais se destacou foi Edmund Burke, que ao analisar o Parlamento inglês sustentava que a relação do parlamentar não era com seu eleitorado, mas sim com a nação, pois ele representava esta e não aqueles que o elegeram (Pitkin, 2006: 31).

Essa passagem de Burke, no famoso *Discurso aos eleitores de Bristol*, sintetiza bem o seu pensamento sobre o tema:

O Parlamento não é um congresso formado por embaixadores de interesses diferentes e hostis, que cada um deve sustentar como agente e advogado contra outros agentes e advogados. O Parlamento é uma assembleia deliberativa da nação, com um interesse, o interesse do todo – onde os preconceitos locais não devem servir de guia, mas sim o bem geral, que resulta do juízo geral do todo. É verdade que os senhores escolhem um membro; mas ele, uma vez escolhido, não é um membro de Bristol, é um membro do Parlamento (Burke, 1949: 116).

Segundo Pitkin, Burke não considera os interesses como pessoais e mutáveis, mas sim amplos, fixos e pouco numerosos, que juntos formam o bem estar de todos:

Representante é, sem dúvida, um porta-voz do interesse do seu distrito, por exemplo, do interesse mercantil, se ele representa Bristol. Mas isso não significa que ele precisa consultar o povo de Bristol, nem que seus votos precisam favorecer Bristol em detrimento da Grã-Bretanha. A consulta não é necessária porque os interesses são objetivos e completamente diferentes das opiniões (Pitkin, 2006: 33).

Burke, assim, rejeitava a ideia de que a representação fosse algo pessoal. Para ele, havia interesses comuns da nação como um todo, interesses objetivos, e os parlamentares, por meio da deliberação, chegariam até eles.

No entanto, segundo Pitkin (2006), essa noção de representação de interesses fixos não prevaleceu sobre a ideia de representação pessoal. Na obra *O Federalista*, de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, a noção de interesse é mais plural e instável do que para Burke, sendo, inclusive, um mal inevitável que precisava ser controlado. Interesses são identificados com facções e, segundo aqueles autores, haveria os interesses econômicos, religiosos, políticos etc., sendo por demais subjetivos (Pitkin, 2006: 35).

Acima dos interesses, no entanto, havia o bem público, sendo o governo representativo a forma pela qual este bem poderia prevalecer sobre os interesses particulares. Isso porque a representação funcionaria como um filtro, selecionando cidadãos capazes de discernir o que era melhor para o país (Pitkin, 2006: 36). Além disso, segundo Pitkin (2006: 37), por meio do governo representativo, os conflitos sociais seriam levados para um fórum único de discussão através dos representantes eleitos, aonde seriam mais bem controlados e equilibrados. A questão referente à qualificação diferenciada dos representantes será mais bem explorada mais adiante neste trabalho, quando for examinado o entendimento de Bernard Manin acerca do princípio da distinção.

Interessante notar que, no que se refere à polêmica entre mandato e independência, enquanto os federalistas defendiam que o representante deveria ser livre em suas ações, os antifederalistas sustentavam o oposto, ou seja, que o mandato imperativo deveria prevalecer. Para entender estas posições, é preciso compreender que os antifederalistas tinham uma concepção diferente de representação em relação aos federalistas.

Os antifederalistas entendiam representação como semelhança entre representantes e representados, diferente dos federalistas, que enxergavam uma diferenciação entre ambos. Para os primeiros, a vontade dos representantes deve corresponder à vontade da comunidade. Nas palavras de Pitkin:

Representar pode ser visto como uma correspondência exacta entre legislatura e nação, não para propósitos de informação, mas para garantir que a legislatura faz o que as pessoas teriam feito, elas mesmas, se tivessem agido directamente. Assim sendo, a representação exata torna-se uma forma de justificar o governo da maioria pela minoria, uma fundamentação para a democracia representativa. O que quer que a legislatura faça será o que a nação inteira teria feito em seu lugar; assim, ninguém terá direito ou razão para se queixar (Pitkin, 1967: 84).

A visão dos antifederalistas de mandato imperativo, que não foi a que prevaleceu nos debates da elaboração da Constituição Norte Americana, reforça a questão da proporcionalidade, que será analisada a seguir.

Retomando as distinções entre as diferentes formas de representação segundo Pitkin, podemos conceituar a representação descritiva ou espelho, por meio da qual o representante não age pelo representado, mas sim o substitui nos espaços

representativos. Estes seriam microcosmos da sociedade, existindo correspondência de características entre os representados e os representantes (1967: 61).

Este modelo de representação permitiria que todos os grupos da sociedade estivessem representados nos espaços decisórios. No entanto, Pitkin entende que isso é contestável. Tal forma de representação excluiria o ato do representante agir pelo representado e prescindiria de *accountability*, já que o representante apenas pode ser responsabilizado por seus atos e não por quem ele é (1967: 90).

Analisando Pitkin, Sacchet afirma o seguinte:

Para Pitkin, a representação descritiva é indesejável pois uma ênfase na composição do corpo legislativo desviaria a atenção do que é fundamental na representação, ou seja, o seu conteúdo. Para ela, o representado está presente no ato, e não nas características do representante. Assim, mesmo que fosse possível fazer do legislativo uma amostra fiel da sociedade, isso não garantiria representação em termos de responsabilidade e responsividade com o representado (Sacchet, 2012: 411).

Vale reforçar, no entanto, que a *accountability* não pode ser entendida apenas como responsividade do representante para com o representado. Como visto anteriormente, *accountability* deve ser uma via de mão dupla, ou seja, um constante fluxo entre eleitos e eleitores, tendo estes instrumentos disponíveis para pressionar no sentido de exigir uma prestação de contas por parte dos representantes. Tal concepção inclusive está alinhada com o entendimento de Pitkin (1967) a respeito de *accountability* quando ela trata da representação substantiva.

Outro modelo de representação contestado por Pitkin é o simbólico, pois os símbolos só representam alguma coisa porque evocam sua referência, não necessitando ter conexão óbvia com seus significados porque são, normalmente, atribuições arbitrárias (1967: 97). O fundamento da representação simbólica é emotivo e afetivo, ou seja, a avaliação da representação se dá com base na crença que os representados têm no representante, não havendo critérios racionais para julgá-la nem necessidade de atuação do representante em nome do representado (Pitkin, 1967: 102).

Refutados os modelos de representação formalista, descritivo e simbólico, Pitkin defende a representação substantiva (entendida como autorização e *accountability* contínua) como a ideal. Segundo a autora, o importante é a substância da atividade de representar, ou seja, não basta apenas que o representante tenha o direito de agir em nome do representado, mas sim observar o que ele faz durante o ato de

representar. Só sob esta ótica será possível analisar se o representante age bem ou mal e não só se age nome do representado, sem aferir a qualidade desta representação.

A representação, assim, deve dar ao representante um certo grau de liberdade para agir – embora seja difícil determinar qual grau é esse –, desde que não se oponha de forma persistente aos representados. Mas isso não quer dizer que os representantes devem fazer apenas o que os representados querem, pois a representação exige liberdade de ação. Como bem define Pitkin, representar é agir pelo interesse dos representados, de forma a ser responsivo a eles, isto é, os atos dos representantes e os desejos dos representados devem, na medida do possível convergir (1967: 153 e 209).

Como afirma Loureiro:

Pitkin constrói seu próprio conceito de representação como uma atividade de agir por outros, um agir substantivo por outros. E enfatiza neste conceito duas dimensões: a equivalência entre representante e representado (ou seja, a relação entre representante e representado deve ser recíproca e não unilateral); e a exigência paradoxal de que a pessoa substituída pelo representante esteja de alguma forma presente (Loureiro, 2009: 69).

É com base nessa equivalência entre representante e representado que Pitkin desconstrói a controvérsia mandato-independência, pois o representante tanto tem que fazer o que os representados querem como pode agir com independência, agindo em certos momentos segundo seu próprio julgamento. Conforme Loureiro:

Os representantes devem agir de forma a salvaguardar a capacidade dos representados para autorizar e manter seus representantes responsáveis perante si e salvaguardar a capacidade dos representantes de agir independentemente dos desejos dos representados (Loureiro, 2009: 69).

Dessa forma, ao defender a representação substantiva, Pitkin construiu a noção que apenas essa concepção de representação seria a melhor, por permitir aferir a sua qualidade e garantir tanto independência quanto responsividade do representante perante o representado.

No entanto, a principal crítica à representação substantiva é que tal concepção não foi capaz de resolver um dos maiores problemas da representação na atualidade: a distância muito grande existente entre representantes e representados, o que dificulta a relação recíproca entre eles além do momento das eleições.

Frise-se que a distância formal entre representante e representado é foco do modelo que a representação substantiva procura superar, mas a falta de semelhança entre eles não é.

Além disso, está ausente da concepção de representação substantiva a preocupação com a proporcionalidade da representação.

Para superar tal dificuldade, a noção de *accountability* precisa ser ampliada, para permitir maior responsividade e prestação de contas do representante para com o representado, como defende Young (2000). Segundo Sacchet:

Para Young, a representação política é um processo contínuo que se realiza em diferentes momentos, através de um relacionamento mediado entre representantes e representados, dos representados entre si e entre os representantes no espaço decisório. Para além do período eleitoral, que tende a se constituir no principal ou único meio de prestação de contas através da reautorização, seria necessária a criação de processos e mecanismos pelos quais os eleitores pudessem chamar seus representantes para prestarem contas. Esses espaços conduziram à maior troca entre ambos, resolvendo o problema comum de afastamento do representante de suas bases após as eleições, e se constituiriam em novos momentos de autorização. A autora destaca que, quando os eleitores se tornam muito distantes dos representantes, eles acreditam que não exercem influência, se desafeioam e perdem interesse em participar politicamente, daí ser imprescindível se pensarem processos de ampliação do momento da *accountability*, que poderiam ocorrer tanto nos espaços oficiais como na sociedade civil (Sacchet, 2012: 414).

Neste ponto, portanto, a representação descritiva ganha força, pois através dela permite-se que o representado aproxime-se do representante e identifique-se mais com ele, fortalecendo, assim, a relação recíproca entre ambos, gerando qualidade à representação política.

Desde o final dos anos sessenta do século passado, quando Pitkin lançou sua obra clássica sobre representação, em 1967, novas demandas surgiram de diversos grupos historicamente sub-representados politicamente. Partindo-se da concepção de representação substantiva, tais grupos permaneceriam sub-representados, pois o acesso aos espaços decisórios continuaria restrito aos grupos que compõem a elite política.

Por esse motivo, emergiu a discussão entre a forma de representação ideal: a substantiva ou a descritiva? Aqueles que defendem a representação substantiva entendem que mais importante do que quem os representantes são é o que eles fazem,

ou seja, preocupam-se com o aspecto substantivo da representação e não acreditam que a presença física dos membros de grupos excluídos nos espaços políticos decisórios seja necessária para que seus interesses sejam representados. Segundo Sacchet:

O principal objetivo do corpo legislativo seria o de representar interesses públicos de seus eleitores e, assim, um bom representante seria aquele que melhor defendesse os interesses dos seus representados e fosse mais responsivo a esses. Consequentemente, os representantes deveriam ser escolhidos por seus méritos, ou seja, por suas ideias e capacidades de articulação política, e não por suas características individuais e por seus traços físicos. O problema, no entanto, é como especificar responsividade, dado o caráter diverso e conflituoso dos interesses sociais (Sacchet, 2012: 413).

A base para sustentar a representação substantiva está na responsividade dos representantes para com os representados. No entanto, apenas a noção de responsividade não é suficiente para garantir qualidade na representação. É preciso mais do que isso, o que pode se dar por meio de uma representação mais proporcional da sociedade no corpo legislativo, ou seja, a representação descritiva. Em determinados contextos, a representação descritiva é necessária, ainda que tal concepção carregue um sentido ideal. Quanto a este ponto, assim considerou Pitkin:

Em contextos em que a finalidade da representação seja facilitar representação sobre algo que não está ausente se faça presente em algum sentido, ainda que seja de maneira literal, então, nos contextos que temos falado aqui, fazer presente consiste na presença de algo que podemos tirar conclusões precisas sobre o representado, a partir do que podemos reconhecer informação sobre o representado, porque o mais importante, é igual ao representado.

(...)

Esta perspectiva do governo representativo está intimamente ligada com a ideia da representação como semelhança ou reflexo. Se o governo representativo é um substituto da democracia direta, se o legislativo é um substituto da assembleia de todo o povo, deveria aproximar-se do original quanto fosse possível. Se não podemos ter o ideal, ao menos queremos algo tão próximo a ele como podemos conseguir (Pitkin, 1967: 89 e 95).

Dessa forma, observa-se que, nesses contextos, é preciso que haja uma proporcionalidade do corpo legislativo com a sociedade, sendo esta refletiva naquele, ainda mais quando há grupos excluídos dos espaços políticos de decisão. É exatamente

aí que está a importância da representação descritiva: permitir que grupos historicamente excluídos estejam presentes nos espaços decisórios. Isso melhoraria a qualidade da representação porque permitiria que novas ideias e perspectivas fossem apresentadas na esfera política,.

Assim, a ideia de representação descritiva ganha força, pois uma forma de permitir que os interesses dos grupos sub-representados sejam levados em conta pelos representantes é fazer com que esses representantes sejam semelhantes aos membros do grupo, o que se dá através da representação descritiva. No entanto, a noção de interesse não é a mais apropriada para sustentar a necessidade da representação descritiva. Isso porque uma pessoa pode ser representada de diversas formas diferentes. Segundo Young (2006: 157), “uma vez que o representante é necessariamente diferente dos eleitores, uma democracia é melhor ou pior conforme o quão bem estejam conectadas essas posições diferenciadas”.

Assim, para distinguir essas formas de representação, Young afirma que:

Os sistemas de representação política não podem fazer que os indivíduos estejam presentes em suas individualidades: devem representar aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras. Esses aspectos ou afinidades são potencialmente numerosos. Proponho aqui distinguir três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. Num contexto político específico, uma pessoa pode ser representada de diversas maneiras em cada uma dessas modalidades.

(...)

Primeiramente, sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social (Young, 2006).

Dessa forma, Young diferencia as noções de interesse, opinião e perspectiva. Segundo a autora, interesse é “aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações.” (2006: 158). Os interesses são auto-referentes e não se confundem com ideias, princípios ou valores.

Enquanto estes definem os fins, os interesses definem os meios para se chegar a esses fins (Young, 2006: 159).

Já opiniões, para Young (2006: 159-160) são “os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados”. O conceito de opinião nada mais é do que a crença acerca de como as coisas são ou devem ser (Young, 2006: 160).

Mas a construção mais importante feita por Young é a noção de perspectiva. Os grupos sociais, segundo a autora, devem ser pensados a partir de uma lógica relacional, ou seja, compreendendo os indivíduos posicionados nas estruturas dos grupos, mas sem que tais posições determinem suas identidades, e não segundo uma lógica substancial, que os identificaria de acordo com o conjunto de atributos comuns a todos os membros daquele grupo e que, por isso, condicionaria a identidade de todos (2006: 161). A partir de tal concepção, a diferenciação dos grupos permitiria entender que indivíduos posicionados de formas diferentes teriam experiências de vida diferentes, histórias e compreensões sociais distintas. A isso Young denomina perspectiva:

Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas consequências. Uma vez que suas posições sociais derivam parcialmente das construções que outras pessoas fazem delas, assim como das construções que elas fazem de outras pessoas em diferentes posições, pessoas diferentemente posicionadas podem interpretar de modos diferentes o significado de ações, eventos, regras e estruturas. Assim, as posições sociais estruturais produzem experiências particulares, relativas ao posicionamento, e compreensões específicas dos processos sociais e de suas consequências. Cada grupo diferentemente posicionado tem uma experiência ou um ponto de vista particular acerca dos processos sociais precisamente porque cada qual faz parte desses processos e contribui para produzir suas configurações (Young, 2006: 162).

Como uma perspectiva não possui conteúdo específico determinado, ela se diferencia dos interesses e das opiniões. A perspectiva social, para Young (2006:163) é “um conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais

propriamente se iniciam raciocínios de que se extraem conclusões”. Sendo a perspectiva uma forma de ver os processos sociais, compartilhá-las permite aos indivíduos um conhecimento acerca da maneira como outros indivíduos descrevem suas experiências, o que normalmente não ocorre entre pessoas situadas em posições diferentes (Young, 2006: 163).

No entanto, é importante ressaltar que uma perspectiva não especifica um conteúdo único para tudo que é vivenciado. Segundo Young:

...podemos muito bem encontrar pessoas que têm uma perspectiva social semelhante, mas que fazem interpretações diferentes de uma mesma questão. A perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar eventos sociais, a qual condiciona, mas não determina o que se vê (Young, 2006: 166).

Isso significa que nas sociedades complexas da atualidade há uma multiplicidade de perspectivas sociais dos diversos grupos que a compõe. Mas estas perspectivas não são, necessariamente, conflitantes, como são os interesses e as opiniões, o que permite concluir que, quando compartilhadas, permitem uma compreensão mais completa da sociedade e das relações entre os diversos grupos sociais (Young, 2006: 166 e 169).

Assim, a questão que se coloca é como representar todos esses grupos sociais, em especial os historicamente sub-representados e excluídos dos espaços de decisão política. Antes de responder a essa pergunta, é importante resgatar a noção de política de presença construída por Anne Phillips.

A autora relembra que Pitkin enfatiza que o que importa na representação é o que o representante faz e não quem ele é, além de salientar que uma preocupação extrema com a *accountability* como única forma de garantir a qualidade da representação minimiza por demais a importância do indivíduo eleito (Phillips, 2001: 271-272). Entretanto, segundo Phillips, tais argumentos não se sustentam diante da realidade em que diversos grupos sociais são historicamente excluídos da política e demandam por presença nos espaços decisórios:

demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos. Neste importante reenquadramento dos

problemas da igualdade política, a separação entre quem e o que é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença (Phillips, 2001: 272).

E a partir do momento em que a diferença é entendida também em relação às identidades e experiências dos diversos grupos sociais, a demanda por inclusão política somente é possível com a inclusão dos membros destes grupos nos espaços decisórios. Daí a importância de uma política de presença e não apenas de ideias (Phillips, 2001: 273).

Todavia, Phillips (2001: 286-287) ressalta algumas objeções feitas a uma possível política de presença que favoreça alguns grupos sociais. A primeira delas é que em uma sociedade complexa e já tão dividida, alguns grupos concorrentes e mutuamente excludentes não aceitarão uma representação proporcional nos espaços decisórios. Isso porque há o receio de, ao dar ênfase às diferenças (étnicas, raciais ou de gênero, por exemplo), intensifiquem-se as divisões na sociedade, ameaçando sua estabilidade político-social. Outra objeção apresentada é que a *accountability* pode ficar prejudicada se a representação passar a depender das características pessoais dos representantes (Phillips, 2001: 287-288). A terceira objeção a que se refere Phillips (2001: 288) é a desenvolvida por aqueles que acreditam numa democracia deliberativa, em que é possível alcançar-se interesses genuinamente comuns a todos os grupos, ou no republicanismo cívico, aonde não deve existir uma distinção entre grupos, mas sim uma união de todos em prol da nação.

Apesar de ser uma teórica do deliberacionismo, Young deixa claro que o debate nestes espaços não precisa ser unicamente racional, como sustenta Habermas. As perspectivas compartilhadas, assim, precisam ser valorizadas. É exatamente por este motivo que a inclusão das minorias, historicamente excluídas dos espaços decisórios, tem o condão de contribuir para a melhora da deliberação. A qualidade da deliberação, dessa forma, não está ligada ao maior ou menor grau de racionalidade existente na argumentação, conforme entende Habermas (2003: 94), mas sim na diversidade de temas levados ao espaço deliberativo, o que ocorre com a participação das minorias nesses espaços ao levarem suas perspectivas compartilhadas para o debate (Young, 2012).

Ainda assim, Phillips defende a política de presença, ressaltando que ela deve vir juntamente com a política de ideias:

A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas [política de ideias e de presença] são colocadas como opostas mutuamente excludentes: quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias. É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra (Phillips, 2001: 289).

Dessa forma, com base na noção de política de presença preconizada por Phillips e o conceito de perspectiva social construído por Young, a alternativa que se apresenta para solucionar a questão da sub-representação dos grupos excluídos é a utilização da representação descritiva.

Em que pese as críticas feitas por Pitkin a representação descritiva, é apenas por meio dela que será possível uma política de presença dos grupos excluídos nos espaços decisórios, aonde seus representantes poderão apresentar suas perspectivas e, assim, buscar justiça social e política.

Através da representação descritiva, em que o corpo representativo é um espelho dos representados, aqueles possuirão perspectivas compartilhadas com este, ou seja, por suas vivências serem comuns, assim como suas experiências de vida, histórias e compreensões sociais, o ato de representar vai estar muito mais próximo das perspectivas do representado, aproximando ambos e melhorando a qualidade da representação.

Entendendo que a representação descritiva, pelos argumentos apresentados até aqui, traz aspectos importantes que devem ser considerados para uma melhor qualidade da representação política, visando solucionar a questão da sub-representação dos grupos excluídos, questiona-se sob qual forma deve se dar essa representação.

Luis Felipe Miguel (2005:32), ao analisar os problemas da representação política nas democracias eleitorais, relembra que propostas no sentido de solucionar estes problemas vão no sentido da seleção aleatória dos representantes (sorteio) e da reserva de vagas para representantes dos grupos excluídos (cotas ou reservas de cadeiras). Ambas propostas buscam aumentar: a representatividade mimética dos

espaços decisórios, a pluralidade de vozes e perspectivas nestes espaços, a força política dos grupos historicamente excluídos e a rotatividade de ocupação dos cargos a fim de não permitir a consolidação de uma elite no poder.

Várias críticas a estas propostas são feitas. A principal delas é que a aleatoriedade na seleção dos representantes e a reserva de vagas a determinados grupos reduziriam a *accountability*, pois a responsividade dos representantes para com os representados tornar-se-ia comprometida a partir do momento em que a ocupação dos cargos políticos passasse a depender de regras previamente determinadas de seleção e não mais da vontade dos representados por meio de eleições (Miguel, 2005: 33). Miguel (2005: 33) registra ainda como críticas a tais propostas que elas reduzem a liberdade dos cidadãos em escolher seus representantes, por conta da existência de regras pré-definidas de seleção, e diminuem da competência dos representantes. Esta segunda crítica, inclusive, é também recorrente quando se defende a representação descritiva. Sacchet (2012: 414) ressalta que, apesar de ser dominante a ideia de que os representantes devem ser selecionados segundo suas habilidades, é fundamental questionar “em que medida a seleção por mérito é desvinculada da seleção por grupos”, ou seja, se as regras de seleção atualmente existentes, supostamente neutras, não servem, na verdade, para favorecer determinados grupos que formam a elite, em detrimento de diversos outros que são excluídos historicamente dos espaços de decisão política. As regras atuais de seleção, dessa forma, não são necessariamente fundadas na neutralidade para uma escolha baseada no mérito, mas sim parciais e favorecedoras de certas características dos candidatos, coincidentemente assemelhados com os membros da elite. Não à toa,

O grupo dos governantes, em relação ao conjunto da população, tende a ser muito mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco – uma observação que vale para o Brasil e para as democracias eleitorais em geral (Miguel, 2005:34).

Vale lembrar que é exatamente a distinção entre os representantes e os representados que caracteriza o governo representativo desde a sua origem, por conta da distância existente entre eleitores e eleitos e das funções distintas desempenhadas por eles (Manin, 2010).

Conforme recorda Manin (2010), a distinção sempre esteve presente nas democracias representativas, girando o debate em torno do tema de quem poderia eleger os representantes e de quem poderia ser representante. Inglaterra e França limitavam os direitos de voto e de ser votado, mas foi nos Estados Unidos da América que surgiram os principais fundamentos que sustentam o termo “princípio da distinção” (Manin, 2010). No final do século XVIII, por ocasião da elaboração da Constituição dos Estados Unidos da América, os representantes dos estados membros reunidos na Convenção da Filadélfia discutiram, dentre outros assuntos, o direito de votar e de ser votado, distinguindo-se dois grupos dentro da Convenção: os federalistas e os antifederalistas.

Em relação ao tema, esses dois grupos divergiam em certos aspectos. O primeiro deles foi a questão relacionada à proporcionalidade entre representantes e representados. Para os antifederalistas, a razão entre representantes e representados era muito pequena para proporcionar uma adequada semelhança entre eles, ou seja, eles acreditavam que não deveria haver uma diferença entre ambos, mas sim que os representantes deveriam se parecer com os representados. Apesar de não defender que todas as classes fossem representadas, os antifederalistas acreditavam que a representação, da forma em que proposta na Constituição, favoreceria os mais ricos e proeminentes da sociedade (Manin, 2010).

Outro debate tratado na Convenção da Filadélfia foi a exigência de propriedade como condição para votar e ser votado, a exemplo do que ocorria na França e na Inglaterra. Ao final, não foi imposta qualquer exigência, mas os que defendiam o requisito da propriedade sustentavam que pessoas que economicamente independentes seriam menos propensas a práticas corruptas e, por esse motivo, mais capazes de representar a nação por melhor julgar e escolher pelo bem comum (Manin, 2010).

É com base no princípio da distinção que se forma a noção que os indivíduos selecionados com base nesses critérios são os mais aptos e capazes para o exercício da atividade política, criando uma distinção entre representantes e representados. No entanto, esse entendimento exclui da maior parte da população os direitos políticos, mantendo no poder o mesmo pequeno grupo de proprietários. Verifica-se, portanto, que o governo representativo, baseado no princípio da distinção, exige a distância entre representantes e representados, além da diferenciação entre eles, e serve para manter sempre o mesmo grupo privilegiado no poder (Manin, 2010).

É importante destacar que reconhecer a importância dos grupos sociais vai de encontro a um dos pilares da tradição liberal, que é o individualismo (Miguel,

2005: 34). No entanto, nas sociedades complexas da atualidade, não afirmar a relevância de tais grupos, em especial os excluídos politicamente, é negar uma realidade patente.

Miguel (2005) ressalta ainda que, por meio do sorteio, a representação dos grupos sociais nos espaços políticos seria mais proporcional, com base na lei dos grandes números. No entanto, nas sociedades contemporâneas, em que o governo representativo já faz parte da realidade política desde o século XVIII, a implementação de mecanismos de seleção aleatória encontraria forte resistência, ainda mais diante da consagração do princípio da distinção e do instituto da eleição.

Capítulo 2

Sub-representação das mulheres na política

Para discutir a sub-representação política das mulheres, é importante partir da análise das relações de gênero. É reconhecido, conforme expõe Scott (1995), que as relações de poder foram construídas historicamente com base em conceitos normativos que distinguiram, socialmente, os homens das mulheres, segundo a oposição binária estabelecida entre as noções de masculino e feminino nos diversos espaços sociais. Tal distinção foi naturalizada e cristalizou, ao longo do tempo, a noção de diferença entre homens e mulheres e, mais do que isso, de superioridade dos homens em relação às mulheres. Com isso, certos espaços foram destinados mais a um dos gêneros do que ao outro, fixando-se papéis pré-determinados para cada gênero.

O espaço privado, doméstico, foi destinado às mulheres, enquanto o espaço público, o da política, foi reservado aos homens. Por este motivo, é por conta da desigualdade de gênero que a mulher é sub-representada na política. E sendo repetida tal desigualdade, ela se perpetua e passa a ser considerada como natural.

A esta desigualdade entre homens e mulheres na política podem ser atribuídos três motivos, conforme ressaltado por Miguel e Biroli (2010): o patriarcalismo, a socialização diferenciada entre homens e mulheres; e os constrangimentos impostos às mulheres na esfera política.

Para entender o patriarcalismo pode-se partir da concepção construída por Pateman (1993) de que o contrato social que estabeleceu direitos e liberdades individuais aos homens, deixou as mulheres de fora, instituindo em relação a elas o que a autora denominou de contrato sexual, relegando-as à esfera privada e negando a elas os direitos políticos. Para o contrato social ser possível e produzir “homens livres” foi necessária a subordinação das mulheres por meio do contrato sexual. Dessa forma, o patriarcalismo não foi extinto como o contrato social liberal. Pelo contrário, foi reforçado por este, impedindo às mulheres o pleno acesso às instituições políticas liberais.

As mulheres, assim, são excluídas da esfera pública e quando têm acesso a ela é de forma subordinada aos homens (pais ou maridos), pois são eles que representam os interesses das famílias. Por este motivo, o patriarcado influi de maneira decisiva para a sub-representação feminina na política.

Além do patriarcado, que é uma estrutura de dominação masculina que fundamenta a construção das instituições liberais, a socialização diferenciada entre homens e mulheres também contribui para a sub-representação das mulheres, fazendo com que estas não desenvolvam ambição política para ingressar em uma carreira política ou participar da esfera pública (Miguel e Biroli, 2010).

Segundo Fox e Lawless (2012), a ambição política dos indivíduos é afetada por diversos fatores, dentre eles o gênero. Assim, o surgimento e desenvolvimento desta ambição nas mulheres é influenciada de forma direta pela socialização tradicional de gênero, reduzindo-a.

Quatro vestígios de orientações tradicionais sobre os papéis de gênero podem afetar a probabilidade de uma mulher cogitar candidatar-se a um cargo público e, de fato, lançar-se como candidata: a cultura política, as responsabilidades familiares, as qualificações autopercebidas e as motivações ideológicas. Fox e Lawless desenvolvem este tema e concluem que, ao não desenvolverem ambição política, os custos para as mulheres ingressarem na política e construírem suas carreiras tornam-se muito altos, fazendo com que elas tenham uma menor probabilidade de receber incentivos externos para concorrer e de se considerarem qualificadas para tanto, o que os autores denominam qualificações autopercebidas, e isso forma um círculo vicioso (Fox e Lawless, 2012: 140-153).

Assim, como sugerem Fox e Lawless (2012), os custos de entrar na arena política são diferentes para homens e mulheres, já que o gênero do indivíduo influencia na decisão de concorrer a um cargo eletivo. Isso demonstra como a socialização de gênero tradicional tem um papel importante no surgimento da ambição política nas mulheres.

Vê-se, portanto, que a sub-representação das mulheres também é influenciada pela desigualdade entre os gêneros em obter recursos que sustentam a carreira política, tais como tempo, recursos materiais e rede de contatos, que são mais difíceis de se obter para as mulheres do que para os homens, como concluem também Miguel e Biroli (2010). Tudo isso, portanto, pode explicar a sub-representação das mulheres na política, como, inclusive, diversos trabalhos demonstram e buscam soluções para este problema (Araújo, 2008; Archenti e Tula, 2008; Matland, 2005; e Norris, 1993, 1997 e 2004). Diante desse quadro, uma das alternativas que se apresentam para solucionar este problema é a instituição de cotas eleitorais para as mulheres. Por meio da política de cotas, será possível obter um equilíbrio na

representação política entre homens e mulheres, reduzindo a grande desigualdade que existe nos espaços decisórios (Araújo, 2001; Archenti e Tula, 2008; e Sacchet, 2012).

Frise-se aqui que apenas a política de cotas pode não ser suficiente para alterar este quadro, devendo, por isso, estar acompanhada de mudanças no sistema legal, eleitoral, partidário e político, todas tendentes a reduzir os custos para as mulheres ingressarem na arena política e concorrerem de igual para igual com os homens (Norris, 2003).

Exemplos destas mudanças são a adoção de listas fechadas e bloqueadas, de mandato de posição e a aplicação de sanções efetivas para os partidos que descumpram o percentual mínimo de candidaturas femininas nas eleições, além, é claro, de uma maior transparência do processo de recrutamento eleitoral promovido no interior das agremiações partidárias – entrave mais grave no caso brasileiro –, como sugerem Araújo, 2008; Archenti e Tula, 2008; Matland, 2005; e Norris, 1993, 1997 e 2004.

Vale lembrar que Araújo e Alves (2007: 567-571) também alertam que apenas a política de cotas não é suficiente para alterar o quadro de sub-representação das mulheres na política brasileira, pois outros fatores influenciam nesta realidade:

Em suma, ao lado das trajetórias e perfis de carreira, capitais, sobretudo o do mandato parlamentar (reeleição), dois aspectos sistêmicos parecem ser bem relevantes: proporcionalidade e magnitude do distrito e partido. E é provável que contem ainda mais, diante da ausência de financiamento público de campanha e da lógica eleitoral articulada entre Estado e Federação, que comanda as eleições.

As cotas são também mediadas por esses fatores. Isto nos remete ao debate sobre a reforma política e às propostas que seriam melhores para as mulheres.

2.1 - Política de cotas

Assim, havendo dificuldade no acesso das mulheres aos espaços políticos, por conta de desigualdades estruturais na sociedade, as políticas de ações afirmativas, como as cotas, tornam-se uma das estratégias para garantir uma maior presença feminina nas arenas políticas decisórias, juntamente com os programas de igualdade de gênero e a criação de órgãos governamentais de defesa dos direitos das mulheres (Archenti e Tula, 2008: 9).

Vale lembrar que tais estratégias começaram a ser desenvolvidas a partir do final da década de 1970 do século XX, quando o tema da sub-representação feminina

na política ganhou relevância internacional, sendo objeto de debate em diversos fóruns, dentre os quais se destacam as conferências mundiais de Nairobi, em 1985, e de Beijing, em 1995.

Ao reconhecer os grupos como sujeitos de direitos políticos, e não apenas os indivíduos, desloca-se de uma política de ideias limitada para uma política de presença ampla, na linha do preconizado por Phillips.

Segundo Sacchet, os principais argumentos a favor da política de cotas são os seguintes:

1) argumento pelo simbolismo de um aumento no número de mulheres na política; 2) argumento por justiça, por meio do qual é afirmado que não é justo que, sendo as mulheres mais ou menos 50% da população, os homens monopolizem as decisões políticas; 3) argumento da diferença, que considera que as mulheres são diferentes dos homens, mais éticas e honestas, e que podem contribuir para mudar a política; e 4) argumento pela importância da experiência de vida, visto que as mulheres tendem a ter experiências de vidas distintas dos homens e podem tornar o processo político mais representativo dos interesses e das perspectivas de setores sociais mais amplos (Sacchet, 2012: 416).

O argumento da importância simbólica das cotas baseia-se na noção de que, havendo mais mulheres ocupando cargos políticos mais aquilo serviria de exemplo para outras mulheres seguirem a carreira política, além de contribuir para mudar a percepção acerca dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres a sociedade. No entanto, este não é o principal argumento a favor das cotas pois, segundo Phillips, “ele não está diretamente associado ao tópico da representação política”, não possuindo, assim valor intrínseco (Sacchet, 2012: 416-417).

Com relação ao segundo argumento, sobre o equilíbrio na representação política entre homens e mulheres por questão de justiça, cabe ressaltar que é com base nele que se busca a igualdade substantiva entre os gêneros, a fim de fazer valer a igualdade formal prevista em lei mas não realizada na prática. A crítica a este argumento é que, como a “representação é um ato político e ser um político não é como outro tipo de trabalho qualquer”, o que importa “é o conteúdo da representação e não quem é o representante”, argumento já levantado por Pitkin quando da sua crítica à representação descritiva (Sacchet, 2012: 417).

No que tange ao terceiro argumento, sobre as identidades e experiências próprias das mulheres que poderiam introduzir novos valores e comportamentos na política, vale lembrar que, conforme Miguel (2001), tal argumento essencializa as diferenças, fortalecendo, inclusive, a percepção da falta de habilidade das mulheres para a política (Sacchet, 2012: 418).

Miguel (2001) opõe-se à chamada “política do desvelo”, pois, ao reforçar que as mulheres possuem características relacionadas ao cuidado, nega-se a elas direitos individuais e prejudica-se o processo de reconstrução das relações de gênero. Dessa forma, esse argumento de defesa das cotas mais prejudica do que contribui para as transformações sociais necessárias (Sacchet, 2012: 418).

Por fim, o quarto argumento, que salienta que as experiências de vida são importantes e que, existindo uma pluralidade de interesses na sociedade, todos eles precisam de representação, sustenta-se na noção de que apenas garantindo-se que os diversos grupos estejam representados nos espaços decisórios é que suas perspectivas serão ouvidas (Sacchet, 2012: 419-419).

As críticas a este argumento são duas: a primeira é que tal visão essencializa os interesses dos membros dos grupos sociais, que na verdade seriam múltiplos, ou seja, não sendo estanques as identidades nem objetivamente definidos os interesses, não faria diferença aumentar a presença de membros desses grupos nos espaços políticos. A segunda é que a presença de membro de determinados grupos nos espaços de decisão política não garantiria o caráter substantivo da representação (Sacchet, 2012: 418).

Em relação à primeira crítica, Sacchet argumenta o seguinte:

Com relação ao primeiro, o argumento é de que, se interesses fossem objetivamente definidos e todos soubessem que políticas melhor atenderiam aos interesses de grupos específicos, qualquer desequilíbrio em termos de direitos poderia ser contestado e não existiria necessidade de representação especial. Esse raciocínio reverte a lógica principal do argumento contra a representação de grupos, fazendo com que a impossibilidade da definição objetiva de identidades e interesses, empregada contra essa demanda, transforme-se no próprio argumento pela representação de grupos (Sacchet, 2012: 418).

Já no que se refere à segunda crítica, é justamente porque os interesses dos grupos não são apenas representados nos espaços políticos de decisão, mas também disputados, é que é importante uma maior participação de membros de distintos grupos sociais nestes espaços, para expor neles as diferentes perspectivas, democratizando a agenda pública por propor soluções que solucionariam diversas questões específicas das realidades de cada grupo social (Sacchet, 2012: 418).

Young também enfatiza que:

As críticas ao essencialismo apontam corretamente que pessoas, a princípio pertencentes ao mesmo grupo social, freqüentemente têm interesses e opiniões diferentes e mesmo conflitantes. Pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais – sobre as normas da interação heterossexual, por exemplo – freqüentemente têm interesses ou opiniões não obstante diferentes, já que raciocinam de modos diferentes a partir daquilo que experienciam, ou têm metas e projetos diferentes (Young, 2006: 163).

A concepção de perspectiva criada por Young ajuda a ultrapassar essa barreira, pois:

A perspectiva é um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê. Dessa forma, duas pessoas podem compartilhar uma perspectiva social e não obstante experienciar seus posicionamentos de maneiras diferentes, na medida em que estão voltadas a diferentes aspectos da sociedade. Compartilhar uma perspectiva, porém, propicia a cada uma delas uma afinidade com o modo como a outra descreve o que experiencia, uma afinidade que as pessoas posicionadas diferentemente não experienciam. Essa menor afinidade não implica que essas últimas não possam compreender uma descrição de um aspecto da realidade social a partir de uma outra perspectiva social; significa apenas que é mais difícil compreender a expressão de perspectivas sociais diferentes do que aquelas que são compartilhadas.

A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam (Young, 2006: 163-164).

Já Jane Mansbridge (1999) vê a representação descritiva sob duas formas: a microcós mica, na qual todo o corpo legislativo deve corresponder a uma amostra representativa dos representados; e a seletiva, aonde mecanismos institucionais proporcionam mais espaços representativos para determinados grupos que não obtêm tal representação através dos métodos tradicionais.

Segundo Mansbridge (1999), os grupos excluídos historicamente dos espaços decisórios beneficiam-se da representação descritiva em contextos de desconfiança de grupo, de interesses não cristalizados, de subordinação política histórica e de pouca legitimidade, ainda que a representação descritiva gere custos como o essencialismo.

No entanto, esse essencialismo, segundo Mansbridge, seria contingente, ou seja, necessário para, em certo momento histórico, permitir a inclusão de determinados grupos nos espaços decisórios, durando até o momento em que ações afirmativas não mais fossem necessárias para garantir a representação descritiva porque as barreiras à participação daqueles grupos teriam sido diminuídas ou até mesmo eliminadas:

As características da essencialização da representação descritiva podem ser mitigadas sublinhando as razões não essencialistas e contingentes para a seleção de certos grupos de representação descritiva. Todo o argumento neste artigo é um argumento da contingência. Partindo de um argumento mais geral para a representação proporcional de interesses, ela destaca os contextos históricos em que a representação descritiva é suscetível de promover a representação substantiva de interesses. Essa representação descritiva se aproxima mais estreitamente dos ideais normativos quando reflete a diversidade interna de qualquer grupo descritiva.

Pode-se também se observar sob outro ângulo, primeiro verificando se as características do processo eleitoral existente resultaram em menores proporções de determinados grupos descritivos na legislatura do que na população – um resultado que não ocorreria por acaso e que sugere a possibilidade de que "certas vozes estão sendo silenciadas ou suprimidas" (Phillips 1992, 88, também 1995, 53, 63). A segunda pergunta a ser feita é se os membros desse grupo consideram-se capazes de representá-lo adequadamente. Se a resposta for sim, a terceira questão, de cunho normativa, poderia ser se há alguma evidência de que grupos dominantes na sociedade têm sempre, intencionalmente ou não, tornado mais difícil ou ilegal que os membros dos grupos sub-representados representem a si mesmos. Uma história de preconceito iria fornecer tais provas. Se a resposta a esta terceira questão também é sim, esse grupo parece ser um bom candidato para a representação seletiva afirmativa. Se um grupo tem sido no passado excluído por lei a partir da votação, para dar um exemplo extremo, parece provável que os processos sociais, políticos e econômicos que permitiram um grupo no passado legalmente proibir a participação política de outro pode muito bem tem suas sequelas no presente, trabalhando através de estruturas sociais, políticas e econômicas informais, ao invés vez de através da lei (Mansbridge, 1999: 638-639).

A noção de perspectiva desenvolvida por Young fortalece esse argumento, ou seja, experiências de vida distintas, histórias e compreensões sociais diferentes de cada grupo são levadas aos espaços decisórios e podem melhorar a qualidade da representação, mostrando-se, assim, importantes e devendo ser implementadas, o que pode se dar por meio da política de cotas.

Dessa forma, a instituição da política de cotas, ao reconhecer a desigualdade estrutural existente na sociedade entre homens e mulheres, pode contribuir para a redução da desigualdade política entre os gêneros, pois permitiria o acesso igual das mulheres à arena política, onde elas poderiam compartilhar suas perspectivas sociais e, assim, modificar a realidade social vigente, em que as mulheres são sub-representadas politicamente.

Vale lembrar, como destacam Archenti e Tula (2008), que a efetividade da política de cotas vai depender de uma série de fatores, como a cultura política do país, as características do seu sistema eleitoral e partidário e o próprio conteúdo das normas que disciplinem a aplicação deste instrumento.

2.2 - Gênero e representação política

A ideia de gênero formulada pelo movimento feminista na década de 1970 surgiu com o objetivo de desnaturalizar a construção social da diferença entre homens e mulheres. Essa diferenciação colocou os homens no espaço público e as mulheres no privado. A consequência desta distinção foi que, como a política situa-se no espaço público, ela passou a ser vista como um espaço masculino, assim como o trabalho e os negócios, relegando-se as mulheres ao espaço privado da casa, do cuidado dos filhos e da família. O debate sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da dicotomia entre as esferas pública e privada é central neste ponto.

A estrutura patriarcal, construída com base na diferenciação naturalizada entre homens e mulheres, posicionou-os de forma privilegiada, subordinando-as a eles e relegando-as à esfera privada. A esfera pública foi destinada aos homens, o que provocou, ao longo do tempo, a fixação de papéis pré-determinados para cada gênero.

Outra consequência desta distinção foi a atribuição de características a cada um dos sexos em razão da sua posição e atribuição na sociedade. Aos homens foram atribuídas as características da racionalidade, da objetividade e da agressividade,

enquanto às mulheres foram atribuídas a sensibilidade, passionalidade e solidariedade. Não por coincidência, as características socialmente atribuídas aos homens são as desejáveis para o espaço político e as atribuídas às mulheres ao espaço privado.

Assim, essa construção social dos papéis de homens e mulheres na sociedade passou a referenciar toda e qualquer relação ali estabelecida. Segundo Scott (1995: 76), “o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”.

Por introduzir uma noção relacional entre homens e mulheres, a ideia de gênero definiu tais termos como recíprocos, ou seja, para entender um sexo deve-se considerar o outro.

Além disso, por demonstrar que a diferenciação entre os sexos é uma construção social, a noção de gênero permite que tal construção seja desconstruída e reconstruída sobre bases mais justas e igualitárias.

Politicamente, a importância desta diferenciação é que, nas palavras de Scott (1995: 86), “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. E falar de poder significa falar de dominação de alguém perante outro.

Segundo Bourdieu:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os ‘gêneros’ como *habitus* sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade (Bourdieu, 2003: 9).

Reproduz-se, assim, a dominação masculina em todas as esferas sociais: na vida doméstica, na escola, na política etc.

É graças a essa construção social reproduzida constantemente na sociedade que a dominação masculina não precisa de justificação, tornando-se natural e, por isso, inevitável. Essa não necessidade de legitimar-se por meio de discursos é própria do mundo simbólico construído culturalmente.

Aqui, é importante ressaltar que Bourdieu não trabalha com o conceito de patriarcado, mas sim com o de dominação masculina, advindo do *habitus* sexual. Ainda assim, é possível manejar tais conceitos a fim de compreender como as estruturas funcionam e se reproduzem.

A violência simbólica, portanto, é aquela invisível às suas vítimas, naturalizada, pois as relações daí advindas são construídas com base em concepções compartilhadas entre dominados e dominantes.

Segundo Pinheiro (2006, 77-79), os dominados, na verdade, concedem obediência a seus dominantes. Essa obediência, assim, não é pura submissão nem advém unicamente da coerção. Tampouco se manifesta por conta de um consentimento consciente a uma ordem. É involuntária, “fruto do acordo entre *habitus* predispostos a obedecerem às chamadas à ordem e às estruturas objetivas no mundo no qual se inserem”.

Ainda conforme Pinheiro:

A violência simbólica é capaz de transformar atos de dominação e submissão em relações afetivas, de transformar poder em carisma ou em um encanto capaz de suscitar um encantamento afetivo. As relações de dominação são, portanto, ao mesmo tempo espontâneas e extorquidas (Pinheiro, 2006: 78-79).

Sob esta perspectiva, conclui-se que o poder simbólico é exercido com a cumplicidade do dominado, que o constrói e se subordina a ele, reproduzindo-o continuamente.

Essa submissão é resultante das estruturas objetivas, motivo pelo qual só com sua mudança será possível romper a relação de cumplicidade existente entre dominados e dominantes, transformando-se radicalmente as condições sociais que produzem tais relações.

Dessa maneira, conclui-se que a diferenciação social entre homens e mulheres, advinda da construção cultural simbólica no desenvolvimento da sociedade, gerou a dominação masculina e reflete-se nas esferas de poder, atingindo em cheio o espaço político, o que explica a sub-representação feminina na política.

Capítulo 3

Campo, *habitus* e capital político

Uma das formas de melhor compreender o funcionamento das estruturas que impedem ou dificultam uma maior participação das mulheres na política é entender os conceitos elaborados por Pierre Bourdieu de campo, *habitus* e capital político.

Miguel assim definiu o conceito de campo construído por Bourdieu:

(...) um campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem ‘naturalmente’ aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira ‘natural’ em suas práticas (Miguel, 2001: 2).

O campo representa o espaço simbólico onde os agentes que a ele pertencem atuam e interagem, legitimando, ou não, certas representações e criando valores. Daí advém o poder simbólico que define o que é adequado para aquele campo (Bourdieu, 2012: 9). Ainda nas palavras de Bourdieu, cada campo “é um campo de forças dotado de uma estrutura, e também um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (2001: 69).

Todo campo almeja a autonomia, motivo pelo qual se fecha sobre si mesmo. Segundo Bourdieu, “um universo obedecendo a suas próprias leis (2000: 52). Porém, no caso do campo político, este precisa abrir-se periodicamente – nas eleições – para a participação de indivíduos que estão fora dele – os eleitores. Daí advém a importância e a força que o capital simbólico possui na política, por influenciar esses eleitores no momento do voto.

Vale ressaltar que, embora o campo político seja legitimado pelas eleições, o capital político não pode ser aferido apenas pelos votos concedidos a determinado candidato, já que ele é produzido e se reproduz no interior daquele campo, *locus* onde o eleitor não participa.

Assim, existem os campos da política, do direito, da arte, da ciência etc., cada um com suas próprias características, derivadas das relações que ali se desenvolvem e que criam suas próprias regras, que se impõem aos seus participantes e se refletem também naqueles que estão fora do respectivo campo, dificultando ou até mesmo impedindo o acesso a ele por quem não possui, o que Bourdieu chamou de *habitus*.

Cada campo possui, então, um determinado *habitus*, que pode ser definido como um princípio gerador das práticas distintivas (Pinheiro 2006: 73), ou, nas palavras do próprio Bourdieu, que corresponde ao:

(...) princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (Bourdieu, 1996: 21).

O *habitus*, assim, pode ser entendido como a internalização do campo, uma relação de introjeção da estrutura que interfere na ação do agente, pertinente com sua história de vida. É o efeito da estrutura nos agentes e o que define a tomada de posições no campo. Interessante notar que o *habitus* é construído a partir das características do respectivo campo. Isso significa que, na relação entre *habitus* e campo, o *habitus*, a todo tempo, atua confirmando o campo e, conseqüentemente, aquilo que o determina, em uma constante reiteração de seus próprios princípios, regras e características. Sendo o *habitus*, portanto, produto das relações sociais, resta claro que a posição social definida pelo gênero influencia em sua concepção. Isto porque o gênero determina os papéis sociais de cada sexo, conseqüência da diferenciação construída socialmente entre homens e mulheres.

Como visto anteriormente, o patriarcado fez com que a mulher ocupasse historicamente uma posição inferior em relação ao homem na sociedade e essa diferenciação naturalizou-se. Por conta disto, o *habitus* construído por homens e mulheres foi diferente, o que gerou reflexos em todos os campos, inclusive no campo político, criando a noção natural de exclusão das mulheres da política. Como afirma Pinheiro:

A reprodução das diferenças entre homens e mulheres em seu caráter naturalizante se dá, portanto, em função de *habitus* desenvolvidos na sociedade. A partir destes, as mesmas 'verdades' são repetidas, ensinadas, reiteradas, passam ao domínio da tradição, da norma, tornam-se e reafirmam-se como naturais, envolvem e modelam os indivíduos segundo a expressão de valores que circulam naquela sociedade. Não perdem, então, seu caráter histórico, construído, apesar de serem distribuídos como verdade definitiva (Pinheiro, 2006: 74).

O patriarcado, portanto, é uma estrutura social que afeta todos os campos, ou seja, não apenas gera reflexos, é o ponto de partida estruturante de todos

eles e, conseqüentemente, de seus *habitus*. Não é simultâneo, mas sim anterior, manifestando-se simultaneamente à contínua (re)construção dos campos.

Caracterizados o campo e o *habitus*, passa-se à definição de Bourdieu para capital, que é a quantidade de forças dos agentes em suas respectivas posições no campo. Os principais tipos de capital são o econômico, o social e o cultural. Assim, a posição do sujeito no campo político vai depender da quantidade de capital político que ele possuir. Quanto mais capital acumulado maior será sua centralidade no campo; quanto menos, mais a margem estará.

Aqui, vale destacar que o capital político não é apenas um objetivo cumulativo, mas sim uma forma de reconhecimento concedido aos indivíduos por seus pares em função das suas relações dentro do campo, funcionando como um ímã que atrai ou repele um agente para o centro do campo segundo o grau daquele reconhecimento.

No caso das mulheres, sua posição marginal no campo político pode ser explicada pelo fato delas possuírem menos capital político acumulado em relação aos homens, como produto da construção social de inferioridade da mulher em relação ao homem e de sua histórica exclusão do espaço público, o espaço da política.

Compreender como se dá a acumulação do capital político e como se estrutura o campo político, portanto, ganha importância, já que é ele que define a posição dos indivíduos no campo. E se as mulheres não o acumulam de forma suficiente para posicionarem-se de forma central no campo político, entendê-lo poderá permitir compreender o porquê da sub-representação feminina na política e do não reconhecimento das mulheres neste campo.

Bourdieu entende que o capital político gera uma diferenciação entre os sujeitos distinta daquelas provocadas pelo capital cultural e escolar, transmitindo-se por meio das relações familiares e adquiridos junto aos sindicatos e aos partidos políticos (1996: 30).

Conforme conclui Pinheiro (2006: 81-82), o ingresso do sujeito no campo político decorre das relações familiares e da participação política prévia, ou seja, capital político delegado. No entanto, isso não significa que o capital político não possa também ser convertido de outros campos, como o econômico ou o midiático.

Quem possui este capital político é reconhecido, tanto pela sociedade como por seus pares, como legítimo para atuar no campo político, funcionando, portanto, como um capital simbólico. Dessa forma entende Miguel:

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico; o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais (Miguel, 2003: 121).

Vale ressaltar que, para Bourdieu (1980: 203-204), o capital simbólico é uma espécie de crédito social, ou seja, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade.

É com a crença de seus pares quanto ao capital acumulado que o indivíduo é atraído para o centro do campo, o que ocorre de maneira inversa se a crença for de que o capital é insuficiente, afastando-o das posições centrais. Ou seja, é essa crença que define a posição do sujeito no campo, o reconhecimento por seus pares do seu capital político.

Segundo Miguel:

A eficácia do capital simbólico liga-se à universalidade do reconhecimento que ele recebe – algo que, em rigor, também pode ser considerado válido para o capital monetário. Para dar um exemplo, o capital que permite a um determinado professor falar como ‘autoridade’ sobre seu assunto está assentado no reconhecimento (pela sociedade e por seus pares) de que ele é, de fato, uma ‘autoridade’. O capital simbólico engendra uma forma própria de violência: os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes graças ao desconhecimento da desigualdade material que lhes permite alcançar a competência que, depois, transita socialmente como signo de um talento inato (2003: 120-121).

É graças a esse capital que as relações de dominação persistem, por ser socialmente aceito e naturalizado. Nas palavras de Bourdieu:

O capital simbólico é uma propriedade qualquer que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la,

conhecê-la e reconhece-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica (Bourdieu, 1996: 170).

O capital político, segundo Bourdieu, pode ser de três tipos: delegado, convertido e heroico. O capital político delegado é aquele transferido, de forma limitada, de uma instituição, que o detém e controla, como, por exemplo, o partido político, o sindicato e a família. Bourdieu define o capital delegado:

(...) como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade (Bourdieu, 1986: 191).

O capital político convertido é aquele que se origina da conversão da fama, da popularidade ou da notoriedade conquistada em outra área, como, por exemplo, o capital que intelectuais e artistas trazem para o campo político, sendo influenciado, portanto, pelo histórico pessoal do sujeito.

Por fim, o capital político heroico é, de certa forma, um capital convertido, mas acumulado de forma lenta e contínua por toda a vida. É uma forma de popularidade quando o indivíduo inspira a aprovação pública, a exemplo do carisma weberiano, mostrando-se, portanto, importante para a liderança política.

Miguel (2003) acrescenta ainda ao capital delegado aquele transferido por conta da atuação do sujeito em cargos estatais, como mandatos legislativos ou cargos no Executivo, ou ainda em cargos da estrutura partidária e militância, ganhando, assim, um caráter mais individual, oriundo da história política de cada sujeito (Pinheiro, 2006: 83-84). Ao capital político convertido, Miguel (2003) acresce ainda o oriundo da conversão de capital econômico.

Dessa maneira, observa-se que o acúmulo de capital político pode se dar de diversas formas. Seja através do desenvolvimento de uma carreira política que se inicia na ocupação de cargos públicos de níveis inferiores e vai, aos poucos, galgando-se novos cargos mais elevados; seja após a ocupação, por vários anos, de cargos que compõem a estrutura dos partidos políticos; seja pela influência de uma família tradicional no campo político; ou seja por meio da conversão de um tipo de capital que não o político.

De acordo com Miguel (2003: 115), o capital político:

(...) indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente (Miguel, 2003: 115).

Interessante notar que para ascender na carreira política o indivíduo precisa possuir capital político, mas para obter este capital ele necessita ocupar posições de alta hierarquia no campo político. Estabelece-se, assim, segundo Pinheiro (2006: 85), uma relação dialética, em que o capital delegado e o convertido permitem que seus detentores criem redes de apoio tanto dentro quanto fora dos partidos políticos, ganhando, assim, visibilidade social e possibilitando-lhes ingressar e ascender na carreira.

Como tradicionalmente, em razão das posições sociais derivadas das relações de gênero, as mulheres possuem pouco capital político acumulado, seu ingresso e conseqüente ascensão na carreira torna-se mais difícil e com mais obstáculos a serem ultrapassados. Nesse sentido, essa é a conclusão de Pinheiro:

Sendo assim, a ocupação de determinadas posições ou a entrada em determinados espaços depende do acúmulo de capital político e, conseqüentemente, da carreira política que mulheres parlamentares construíram ao longo de suas vidas. Isso porque o campo político, assim como qualquer outro campo, pressupõe que os agentes ali inseridos (no caso os parlamentares) disputem o acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos de seus concorrentes. As posições de maior poder e prestígio têm sido, tradicionalmente, ocupadas por homens e referem-se a áreas de atuação que remetem ao masculino. Ocupar tais posições é ainda mais importante para mulheres, pois possibilita o acúmulo de maior capital político, a ampliação de seu reconhecimento tanto interna quanto externamente ao Parlamento, e, conseqüentemente, permite a entrada em outros espaços ou posições que até então estavam fechadas às parlamentares (Pinheiro, 2006: 85-86).

A naturalização desta ideia de submissão das mulheres aos homens, que se reflete em todas as relações sociais, inclusive na política, precisa, portanto, ser desconstruída, para que, a partir daí, em condições de igualdade, homens e mulheres possam concorrer nas mesmas condições no espaço público.

Dá a importância de compreender a construção do conceito de gênero, que buscou criar uma base para o desenvolvimento desta ideia a partir da crítica ao patriarcado.

Capítulo 4

Carreira política e gênero

A construção de uma carreira política pode ser compreendida a partir da perspectiva da profissionalização política, fenômeno observado a partir da consolidação da democracia representativa. Por profissionalização política entende-se o “grupo de pessoas assalariadas integral e permanentemente dedicadas à atividade política” (Perissionotto e Veiga, 2014: 50). Pode-se dizer que o conceito possui inspiração weberiana, sendo o político profissional um tipo ideal de agente que se dedica, de forma contínua e integral, unicamente à política, tendo nela sua única fonte de renda (Weber, 1993).

A profissionalização política traz consigo um processo de recrutamento especializado, que diferencia os indivíduos que possuem os requisitos necessários ao exercício da função política daqueles que não os possuem. Segundo Perissionotto e Veiga (2014), são os partidos políticos que conduzem o processo de seleção dos pretendentes à carreira política. Por meio de filtros, as agremiações partidárias separam os indivíduos e distribuem entre eles os recursos para o sucesso político. Por essa razão, e como esses recursos não são distribuídos aleatoriamente, mas sim privilegiando indivíduos com maiores chances de sucesso – isto é, aqueles percebidos pelos recrutadores como possuidores de maiores chances de serem eleitos –, a diferenciação entre os pretendentes está na base do recrutamento político, pois os mais beneficiados são, em geral, aqueles que seguem os padrões de profissionais da política.

Assim, o recrutamento político promove, na verdade, o processo de circulação das elites, privilegiando aqueles que se enquadram nos padrões aceitos pelo campo político, os profissionais, em detrimento daqueles que se situam fora ou a margem do campo, os amadores – ou profanos, em um entendimento bourdiano.

O ambiente do recrutamento político relaciona-se com o nível de desenvolvimento econômico do país, a cultura da sociedade e o sistema eleitoral. Já as estruturas do recrutamento são construídas com base nas regras e normas partidárias (Matland, 2005). Matland (2005) afirma ainda que o papel dos partidos é central nessa questão, já que eles escolhem em quem vão investir, ou seja, apenas as candidaturas mais competitivas serão selecionadas. Sendo assim, essa seleção pela qual os aspirantes a candidatos passam exclui determinados grupos que são avaliados como candidaturas pouco competitivas, como as mulheres.

Norris (1997) também entende que é nos partidos políticos que ocorre o principal filtro de acesso à carreira política, motivo pelo qual as regras formais de seleção devem ser as mais democráticas e transparentes possíveis, além das decisões respectivas serem descentralizadas e não concentradas nas mãos de determinados dirigentes, sob pena de os *gatekeepers*, discricionariamente, recrutarem uns em detrimento de outros.

No entanto, em regra geral, essa escolha não é democrática e transparente e nem descentralizada, sofrendo, o recrutamento político, a influência das regras, normas e tradições, ou seja, as instituições condicionam este processo (Norris, 1997: 151-154).

Segundo esse entendimento, Norris (1997) identifica três níveis de análise que devem ser observados: o sistema político, que engloba o sistema legal, eleitoral e partidário; a estrutura de recrutamento, que tange à organização e a ideologia do partido, seu regramento interno e os filtros extrapartidários; e o processo de recrutamento em si, envolvendo a ambição e os recursos dos indivíduos, as diversas fases e filtros de seleção e a votação.

O sistema legal refere-se aos critérios de elegibilidade para os cargos públicos, como idade mínima, nacionalidade, residência, compatibilidade com outros cargos públicos etc, regulando o recrutamento. O sistema partidário varia segundo o grau de competitividade entre os partidos. Já o sistema eleitoral refere-se ao grau de centralização do processo de seleção (Norris, 1997).

As estruturas de recrutamento funcionam dentro de cada partido, e podem ser, segundo classificação de Norris (1997): *informal-centralizado*, onde a seleção é decidida por um processo de negociação entre líderes de diferentes setores partidários; *informal-localizado*, no qual a liderança central do partido não tem um papel decisório importante; *formal-localizado*, onde regras explícitas são implementadas a nível nacional ou regional; e *formal-centralizado*, no qual os líderes têm a competência formal para decidir.

Norris (2004) também destaca que, além das instituições, a cultura política influencia de maneira central o processo de recrutamento político. Segundo a autora, o modelo de modernização cultural é fruto da modernização da sociedade, que gera a distribuição do capital humano segundo critérios educacionais e de habilidades cognitivas. A partir daí, é constituída a cultura política¹, formada por normas, valores e

opiniões. O processo de socialização leva à aquisição, pelos indivíduos, das normas e valores sociais predominantes, afetando o seu comportamento. A cultura política somente é modificada quando novas normas e valores sociais forem construídas ao longo do tempo e transmitidas às novas gerações, já que a engenharia eleitoral tem a capacidade limitada para fazer mudanças a curto prazo.

Um exemplo da influência da cultura política no processo de recrutamento político é que, quanto mais tradicional for uma sociedade, menos espaço as minorias terão para se lançarem no campo político, em razão das normas e valores sociais tradicionais ancorados em padrões de desigualdade e exclusão de determinados grupos da esfera política (Norris, 1993).

Por meio dessas normas e valores, a cultura política gera diversas consequências na sociedade, afetando a política e seus atores. Uma das consequências diretas da cultura política sobre o processo de recrutamento político é sua influência sobre a ambição política dos indivíduos. Isso porque a ambição é o primeiro passo na construção de uma carreira política e vários fatores a influenciam, impactando desde o primeiro momento em que o indivíduo decide ser candidato, ou seja, antes mesmo do processo de recrutamento político.

Schlesinger (1966), ao observar os parlamentares norte-americanos, classificou três tipos de ambição política: a *discreta*, que revela a intenção do parlamentar em exercer um único mandato; a *estática*, em que o parlamentar ambiciona permanecer no mesmo cargo, buscando, assim, a reeleição; e a *progressiva*, segundo a qual o parlamentar pleiteia, a cada eleição, galgar cargos mais altos no sistema político. As categorias de Schlesinger são mobilizadas até hoje para se analisar os impactos da ambição política na construção das carreiras.

Como fatores sociais afetam a autopercepção das pessoas sobre si mesmas e, conseqüentemente, afetam sua ambição política, a ambição é um dos mais impactantes no desenvolvimento da carreira política dos indivíduos, em especial das mulheres. Isso porque homens e mulheres estão em posições sociais diferentes, o que se reflete de modo decisivo no processo de recrutamento político.

Como já mencionado na seção anterior, Fox e Lawless (2012) concluíram, através de pesquisa empírica, que a probabilidade de mulheres se lançarem

¹ Tal concepção merece ressalva, por pressupor que alguns tipos de cultura política seriam melhores do que outros, valorizando noções do Norte global em detrimento das possibilidades de democratização do restante do mundo.

candidatas é muito menor do que de homens, por conta da socialização diferenciada que afeta a qualificação autopercebida das mulheres – internalização das estruturas de desigualdade. Homens recebem mais estímulos para ingressar na política do que as mulheres, ainda que estas sejam mais qualificadas.

Afetam a ambição das mulheres, dentre outros aspectos, os recursos sócio econômicos disponíveis, a discriminação contra as mulheres, a ocupação do espaço público pelos homens e a socialização diferenciada de gênero. Além disso, há o fator da mídia, que reproduz os padrões vigentes de exclusão feminina do campo político. Por isso, o processo de recrutamento nos partidos é tão importante para equilibrar essa equação e permitir o acesso das mulheres à carreira política (Fox e Lawless, 2012).

Além do fator relacionado à ambição política, que motiva o indivíduo a lançar-se no processo de recrutamento, há outros filtros neste processo. Os *gatekeepers* também observam o passado dos indivíduos no partido – em especial nos partidos de esquerda –, os mandatos já exercidos e a imagem e visibilidade do aspirante a candidato na comunidade (Matland, 2005).

Uma vez ultrapassada a barreira do recrutamento político intrapartidário, os/as candidatos/as submetem-se às urnas, com o propósito de elegerem-se para os respectivos cargos em disputa. Os sistemas e as regras eleitorais, nesse sentido, também influenciam no sucesso dos indivíduos na carreira política.

Também no momento das eleições, as desigualdades oriundas do processo de socialização diferenciada faz com que as mulheres concorram em posição desigual com os homens. Assim, os sistemas e as regras eleitorais podem tornar menos difícil a eleição das mulheres, reduzindo a desigualdade em relação aos homens no campo político.

Matland (2005) afirma que, no que tange às regras eleitorais, sistemas proporcionais – em especial aqueles que adotam o voto único transferível –, distritos de alta magnitude e listas fechadas favorecem a eleição de grupos excluídos da política, como as mulheres. No mesmo sentido, Norris (1997, 2004) também ressalta a importância destas regras eleitorais para a eleição de mulheres.

A competição partidária também é ressaltada por Norris (1993) como uma característica importante, ao afirmar que o aumento desta competição, aliado ao surgimento de novos partidos, gerariam mais oportunidades para as mulheres concorrerem.

Outro ponto relacionado ao contexto partidário observado por Norris (1993) é a ideologia dos partidos. Segundo a autora, a literatura indica que partidos com ideologia mais à esquerda favorecem a seleção de mulheres, enquanto partidos de direita e de centro mantêm estruturas mais tradicionais e, por isso, mais fechadas para o acesso feminino. Norris (1993) também afirma que o recrutamento em sistemas sem partidos exige muitos recursos individuais, o que, neste caso, prejudicaria o acesso das mulheres à carreira política.

Aqui, vale um questionamento. Por que no Brasil, mesmo adotando o sistema proporcional e possuindo distritos com alta magnitude, o número de mulheres eleitas é tão baixo quanto comparado ao número de homens? Para responder a esta pergunta, deve ser analisado mais a fundo o sistema partidário e os partidos políticos, já que, como afirmado anteriormente, é nestas instâncias que ocorre o recrutamento político, caminho para o ingresso na carreira política.

Ademais, juntamente com o processo de recrutamento político, deve ser analisada a influência do tradicionalismo na política nacional, como destacado por Norris (2004) ao considerar a importância da cultura política e seus impactos no desenvolvimento das carreiras políticas.

A distribuição do capital político no Brasil, na linha da lição de Bourdieu, indica que os grupos tradicionais que possuem o capital exigido para penetrar e posicionar-se no centro do campo político impedem o acesso das mulheres a esse espaço, por não as verem como candidatas competitivas com chances de vencer nas eleições.

A proposição de uma agenda que trate da questão da sub-representação das mulheres na política nacional é fundamental para se trazer à discussão o problema e propor soluções, como instrumentos que deem efetividade à lei de cotas; instituição de regras partidárias mais democráticas e transparentes, evitando-se a concentração de poderes decisórios dentro das agremiações; e implantação de lista fechada nas eleições.

Por esses motivos, todos diversos fatores ressaltam como a construção de uma carreira política é complexa, ainda mais para as mulheres, por todas as barreiras que lhe são impostas no campo político.

Assim, o acúmulo de capital político é essencial para ingressar no campo e desenvolver uma carreira política de sucesso. Até porque, pode-se visualizar a carreira política como sendo progressiva, ou seja, vários níveis a serem percorridos, iniciando-se no mais baixo e chegando até o mais elevado.

A estrutura da carreira política no Brasil, por exemplo, começa no cargo de vereador, seguindo pelos cargos de deputado ou prefeito, senador ou governador e chegando ao cargo de presidente da república. Durante esse percurso, o indivíduo pode ainda ocupar cargos de secretário municipal ou estadual e de ministro de estado. Ao ocupar tais cargos, o indivíduo vão acumulando capital político, o que contribui para a progressão de sua carreira e, conseqüentemente, seu posicionamento no campo político.

Segundo Rohde (1979), a carreira política tende a ser progressiva e, nas palavras de Miguel (2003):

Na medida em que o progresso na carreira depende tanto da popularidade (no sentido de capacidade de cativar o público externo ao campo político, o cidadão-eleitor) quanto do reconhecimento dos pares, que garante o apoio às candidaturas e as nomeações para os postos não eletivos, a combinação de experiências gera as carreiras melhor equilibradas (Miguel, 2003:118).

Assim, o acúmulo de capital político passa a ser essencial para a progressão da carreira política, o que se mostra difícil para as mulheres já que elas têm pouca entrada no campo político. Como não possuem capital político suficiente, as mulheres não conseguem entrar no campo e como não conseguem entrar no campo não acumulam capital político, ou seja, forma-se um círculo vicioso.

Dessa forma, apenas com a implantação de medidas que promovam o maior ingresso de mulheres no campo político será possível elas acumularem o capital político suficiente para construir uma carreira política progressiva e de sucesso.

Ademais, com um ingresso maior de mulheres no campo político, a cultura política, provavelmente, será afetada, alterando-se as normas e os valores sociais que afetam, dentre outras instâncias, o processo de recrutamento político intrapartidário, funcionando, portanto, como um círculo virtuoso, atraindo mais mulheres à política em razão do poder simbólico da ocupação do campo político e influenciando na ambição política feminina.

Vale lembrar que, segundo Miguel, Marques e Machado (2015), há outras formas de aquisição de capital político, como a participação em sindicatos e associações (capital associativo), assim como a visualização obtida na mídia (capital midiático) e a influência de familiares (capital familiar). Ainda que o acúmulo dessas outras formas de capital se dê de forma diferenciada, também aqui as mulheres têm dificuldade de obtê-los, em razão da socialização diferenciada entre os gêneros. Dessa

forma, seja qual for a forma de ingresso das mulheres no campo político, elas sempre encontram barreiras e obstáculos mais difíceis de serem ultrapassados do que os homens, motivo pelo qual medidas devem ser tomadas para equalizar essa situação.

Por todos esses motivos, a construção de uma carreira política é tão importante, pois disputar eleições de forma competitiva, ou seja, com reais chances de vencer, pressupõe profissionalização política, o que envolve todos os fatores discutidos neste capítulo – ambição política, recursos, recrutamento político e, finalmente, ser eleito no pleito.

Capítulo 5

Mulheres e eleições no Brasil

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem eleitas em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral. No entanto, somente as mulheres casadas, com autorização dos maridos, e as viúvas e solteiras com renda própria podiam votar. A Constituição de 1934 eliminou essas restrições, mas tornou o voto obrigatório apenas às mulheres que exercessem função remunerada em cargo público. Apenas na Constituição de 1946 a obrigatoriedade foi estendida a todas as mulheres.

O Brasil foi o terceiro país da América Latina a assegurar o voto para as mulheres. Os dois primeiros foram o Equador, em 1929, e o Chile, em 1931. O primeiro país do mundo a garantir o direito ao voto às mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893, mas permitindo que elas também fossem eleitas apenas a partir de 1918. A título de exemplo, a Austrália garantiu o direito ao voto às mulheres em 1902 – ainda com várias restrições –, a Finlândia em 1906, os Estados Unidos em 1920, a Argentina em 1947 e a Suíça em 1971.

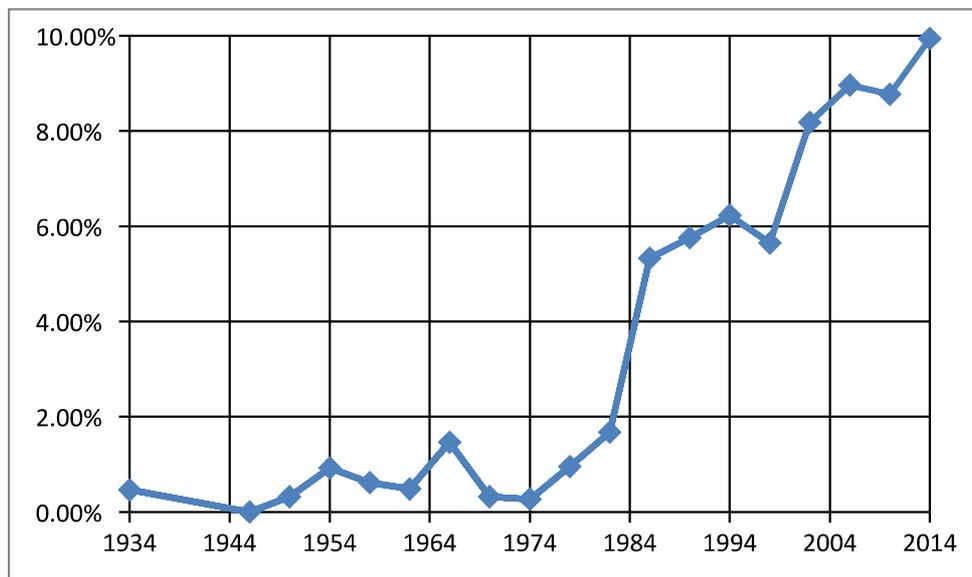
Já em 1934, nas primeiras eleições após o direito de votar e ser eleita ser estendido às mulheres, foi eleita de forma direta a primeira mulher deputada federal – Carlota Pereira Queiroz, eleita pelo Estado de São Paulo – dentre 214 parlamentares eleitos. Na mesma legislatura, Bertha Lutz, eleita suplente, foi empossada após o falecimento de um deputado em 1936. Ainda nas eleições de 1934, foi eleita a deputada federal Almerinda Farias Gama, eleita indiretamente dentre os 40 deputados classistas.

Com a implantação da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, o Congresso foi fechado. Somente em 1946, com o fim do Estado Novo, novas eleições são realizadas. A partir de então, várias mulheres são eleitas, não apenas no nível federal, mas também estadual e municipal.

A evolução dos números, no entanto, é lenta. O gráfico 1 mostra o número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados ao longo dos anos, desde 1934.

Gráfico 1

Evolução do percentual de deputadas federais eleitas para a Câmara dos Deputados, por ano de eleição



*Entre 1965 e 1982 as eleições ocorreram durante o Regime Militar.

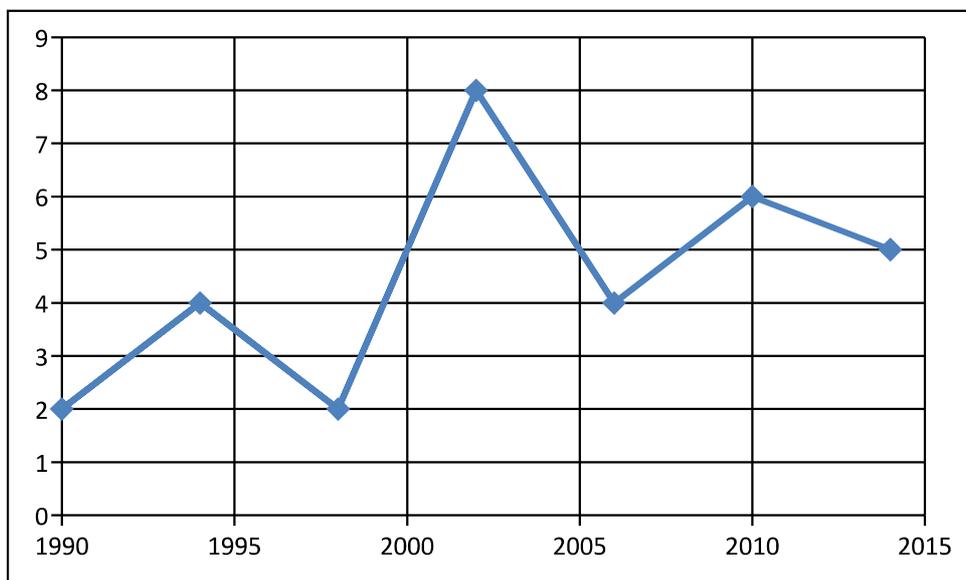
**A partir de 1998, passou a vigorar a Lei de Cotas(percentual mínimo de 20% de candidaturas de mulheres, passando para 25% em 2000 e para 30% em 2002).

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

Para o Senado, apenas em 1990 foram eleitas a primeiras mulheres – Júnia Marise e Marluce Pinto – dentre os 27 cargos em disputa naquele ano (renovação de 1/3 das cadeiras). O gráfico 2 mostra o número de mulheres eleitas para o Senado Federal, a partir de 1990.

Gráfico 2

Evolução do número de senadoras eleitas para o Senado Federal, por ano de eleição



*As eleições de 1990, 1998, 2006 e 2014 foram para renovação de 1/3 das cadeiras (27).

**As eleições de 1994, 2002 e 2010 foram para renovação de 2/3 das cadeiras (54).

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

Apesar de se observar um aumento contínuo do número de mulheres eleitas para o Congresso Nacional, a presença feminina neste espaço ainda é muito pequena quando comparada à dos homens.

Um dado relevante a esse respeito é que, após as eleições de 2014, verifica-se que em cinco das vinte e sete unidades da federação (Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe) não foram eleitas mulheres para as Assembleias Legislativas estaduais.

Já no nível municipal, ainda que o número de prefeitas eleitas esteja aumentando historicamente, após as eleições de 2012, apenas 658 cidades possuíam prefeitas mulheres, de um total de 5.563 municípios do Brasil, o que representa 13,4%, segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM).

A título de comparação, segundo a União Interparlamentar (UIP), em 2014, o Brasil ocupava o 129º lugar (8,6%) no ranking mundial de presença feminina nos parlamentos nacionais, entre 152 países². Na América do Sul, o Brasil é superado

² Ranking completo nos anexos deste trabalho.

por Equador (41,6%), Argentina (36,6%), Bolívia (25,4%), Peru (22,3%), Venezuela (17%), Chile (15,8%), Paraguai (15%) e Uruguai (13,1%).

5.1 - Câmara Legislativa do Distrito Federal

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) foi criada em 1990 e instalada em 1º de janeiro de 1991, possuindo, conforme prevê o art. 32 da Constituição Federal de 1988, competências de Estado e de Município.

Vale lembrar que, apesar da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília ter se dado em 1960, apenas com a Constituição Federal de 1988 foi garantida autonomia política ao Distrito Federal, com a previsão de criação de Câmara Legislativa e eleições para os cargos de Governador e Deputados Distritais³.

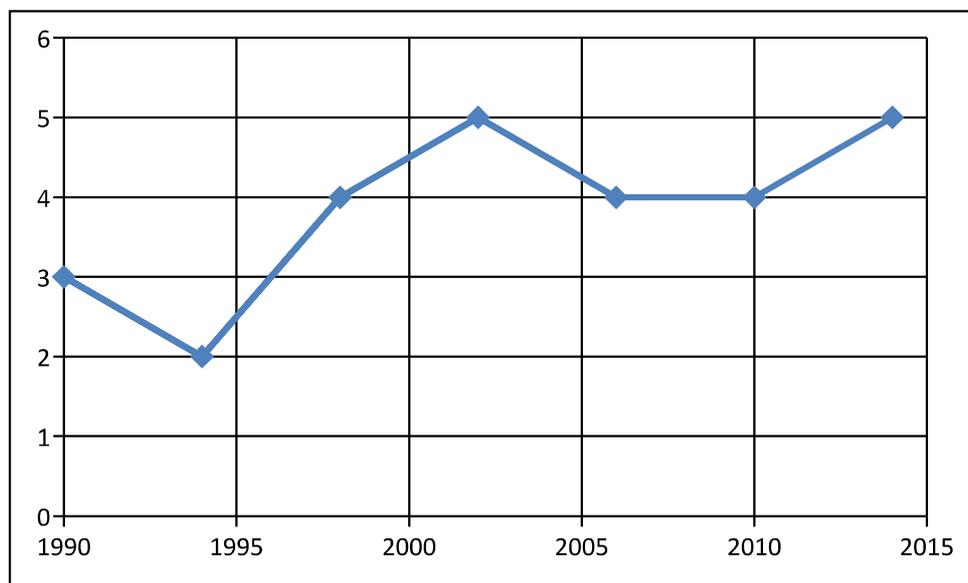
A Câmara Legislativa do Distrito Federal possui, desde a sua criação, 24 (vinte e quatro) deputados distritais, de acordo com o art. 32, § 3º, c/c art. 27, da CF, que corresponde ao triplo do número de deputados federais do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, com mandatos de quatro anos.

Assim, a primeira eleição para a Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorreu em 1990, tendo sido eleitos vinte e quatro deputados distritais, sendo três mulheres. O gráfico 3 mostra a evolução do número de mulheres eleitas para a CLDF.

³ Em 1986, o Distrito Federal elegeu três senadores e oito deputados federais constituintes.

Gráfico 3

Evolução do número de deputadas distritais eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por ano de eleição



*A partir de 1998, passou a vigorar a Lei de Cotas (percentual mínimo de 20% de candidaturas de mulheres, passando para 25% em 2000 e para 30% em 2002).

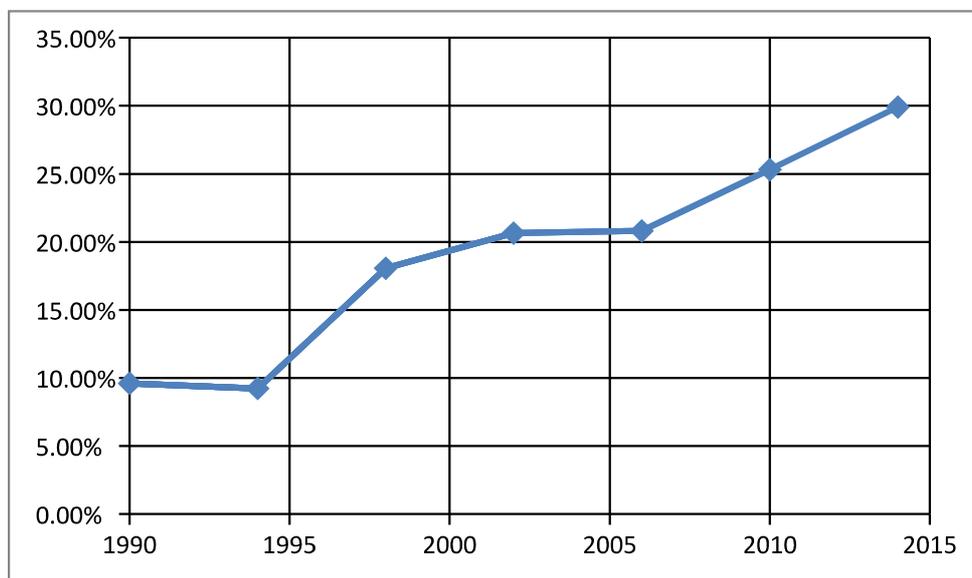
Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

Verifica-se que, também aqui no Distrito Federal, o número de mulheres eleitas para a Câmara Legislativa é muito inferior ao número de homens, repetindo-se o fenômeno observado a nível federal e em outros estados e municípios.

Também em relação ao número de candidatas pode-se observar que o número de mulheres é muito menor do que o de homens, como demonstra o gráfico 4 abaixo em que se observa a evolução do número de mulheres candidatas ao cargo de deputada distrital a cada eleição para a CLDF.

Gráfico 4

Evolução do percentual de mulheres candidatas ao cargo de deputada distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por ano de eleição



*A partir de 1998, passou a vigorar a Lei de Cotas (percentual mínimo de 20% de candidaturas de mulheres, passando para 25% em 2000 e para 30% em 2002)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

Importante ressaltar que o salto no número de candidatas entre as eleições de 1994 e de 1998 se deve ao fato da lei de cotas, que passou a exigir dos partidos políticos, a partir de 1998, o percentual mínimo de 20% de candidaturas de mulheres para os cargos em disputa, percentual este que passou para 25% em 2000 e para 30% a partir das eleições de 2002.

5.2 - Perfil das Deputadas Distritais

A seguir, foi elaborado um breve perfil bibliográfico de todas as dezessete deputadas distritais já eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) desde sua criação em 1990, contendo informações sobre suas carreiras políticas.

Por meio de tais perfis, será possível conhecer um pouco melhor cada uma dessas deputadas, caracterizar suas carreiras políticas e tentar compreender como conseguiram transpor as barreiras que impedem a participação política formal às mulheres.

5.2.1. Anilceia Machado

Anilceia Luzia Machado nasceu em Itapaci, Goiás, 13 de setembro de 1959. Mudou-se para Brasília em 1960, aonde se formou em Administração de Empresas e Economia.

Foi Administradora Regional de Sobradinho e Coordenadora da Política do Idoso na Secretaria de Estado de Assistência Social do Governo do Distrito Federal.

Eleita deputada distrital em 1998, pelo PSDB. Na Câmara Legislativa foi presidenta da Comissão de Constituição e Justiça em 1999.

Foi reeleita deputada distrital em 2002 e ocupou o cargo de presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar em 2004.

Em 2006 foi nomeada conselheira do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

5.2.2. Arlete Sampaio

Arlete Avelar Sampaio nasceu em Itagibá, Bahia, em 28 de junho de 1950. Mudou-se para Brasília em 1971 e formou-se em Medicina pela Universidade de Brasília, especializando-se em Saúde Pública.

Foi uma das fundadoras do PT/DF e da CUT/DF, sendo Presidente da Comissão Executiva Regional e membro da Comissão Executiva Nacional do PT. Foi também dirigente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

Em 1986 foi candidata ao Senado, não conseguindo se eleger. Candidatou-se ao cargo de vice-governadora do DF na chapa de Carlos Saraiva, em 1990, também não obtendo a vitória. Quatro anos depois, em 1994, foi eleita vice-governadora do DF na chapa de Cristovam Buarque. Em 1998, candidatou-se mais uma vez ao Senado, não logrando êxito.

Em 2002, elegeu-se deputada distrital. Na Câmara Legislativa foi presidenta da Comissão de Educação e Saúde em 2003, 2004 e 2005.

Concorreu, nas eleições de 2006, ao cargo de governadora do DF, não sendo eleita.

Em 2010, elegeu-se, mais uma vez, deputada distrital, sendo líder do governo na Câmara Legislativa e ocupando o cargo de presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor, em 2012.

Foi Secretária de Desenvolvimento Social entre 2011 e 2012.

Também já exerceu os cargos de secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

Sempre foi filiada ao PT.

5.2.3. Celina Leão

Celina Leão Hizim nasceu em Goiânia, em 2 de março de 1977. É formada em Administração de Empresas pelo UniCeub.

É uma das fundadoras da AME-Uberaba, entidade filantrópica que presta atendimento na prática de equoterapia.

Fundou, em Brasília, a ONG Juventude Organizada pela Integração e Ação-JOIA.

Em 2006 assumiu a Secretaria da Juventude do Distrito Federal.

Entre 2007 e 2009 foi chefe de gabinete da Deputada Distrital Jaqueline Roriz na Câmara Legislativa do DF.

Em 2010 foi eleita deputada distrital, pelo PMN. Na Câmara Legislativa, presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, em 2011, e da Comissão de Assuntos Sociais, em 2013, mesmo ano em que assumiu a liderança do PDT, partido para o qual migrou.

Em 2014 foi reeleita deputada distrital e, em 2015, eleita presidente da CLDF.

Ainda na Câmara Legislativa, é membro da Frente Parlamentar Evangélica, da Frente da Juventude e da Frente da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Em 2016, trocou o PDT pelo PPS.

5.2.4. Eliana Pedrosa

Eliana Maria Passos Pedrosa nasceu em Bicas, Minas Gerais, em 26 de fevereiro de 1953. Em 1968, mudou-se com a família para Brasília. Formou-se em Química na Universidade de Brasília e possui pós-graduação em Gestão Imobiliária.

Em 2002, candidatou-se ao cargo de deputada distrital pelo PL e foi eleita. Na Câmara Legislativa foi Segunda Secretária no biênio 2003/2004. Conseguiu reeleger-se em 2006, desta vez pelo PFL.

Em 2007, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Governo do Distrito Federal, cargo que ocupou até 2009.

Em 2010, foi mais uma vez reeleita para o cargo de deputada distrital. Ocupou o cargo de Primeira Secretária no biênio 2013/2014. Nesta legislatura, trocou o DEM pelo PSD e, depois, migrou para o PPS.

Na eleição seguinte, em 2014, candidatou-se para uma vaga na Câmara dos Deputados, não conseguindo eleger-se.

5.2.5. Erika Kokay

Erika Kokay nasceu em Fortaleza, Ceará, em 15 de agosto de 1957. Mudou-se para Brasília em 1975, e, no ano seguinte, ingressou no curso de Psicologia na Universidade de Brasília. Por conta de sua participação no movimento estudantil foi expulsa da UnB. Transferiu-se para São Paulo e ingressou na USP, em 1978. Após a anistia, retornou à UnB por ação judicial e concluiu o curso de Psicologia em 1988.

Em 1982, ingressou na Caixa Econômica Federal. Organizou, em 1985, a primeira greve dos funcionários da Caixa. Foi eleita, em 1992, presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, onde exerceu dois mandatos, até 1998. Também presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal, de 2000 a 2002.

Foi também Dirigente Executiva e Membro da Comissão Executiva Nacional do PT, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Bancários e Diretora da Federação Nacional dos Funcionários da Caixa Econômica Federal.

Em 1998, candidatou-se ao cargo de deputada distrital, não conseguindo eleger-se. Foi eleita deputada distrital nas eleições 2002.

Na Câmara Legislativa, presidiu as Comissões de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, em 2003 e 2005, e a de Defesa dos Direitos do Consumidor, em 2004, e foi, por duas vezes, líder da bancada do PT, em 2005 e 2009.

Reeleita deputada distrital em 2006, ocupou, mais uma vez, o cargo de presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, em 2007, e da Comissão de Assuntos Sociais, em 2010.

Nas eleições de 2010, foi eleita deputada federal, reelegendo-se em 2014.

Sempre foi filiada ao PT.

5.2.6. Eurides Brito

Eurides Brito da Silva nasceu em Capanema, Pará, em 28 de fevereiro de 1937.

Em 1955, ingressou no curso de pedagogia da Universidade do Pará, passando a frequentar, a partir de 1958, também os cursos de história e geografia, graduando-se em ambos em 1959. Ainda em 1959, começou a atividade de magistério. Transferiu-se, em 1962, para o Rio de Janeiro, onde fez pós-graduação em educação na Universidade do Brasil.

Em 1964 retornou ao Pará e assumiu a diretoria do Instituto Grão-Pará, onde permaneceria até 1968. Durante o ano de 1965 foi Secretária de Estado de Educação e Cultura do Governo do Pará. Foi ainda membro do conselho diretor da Fundação Educacional do Município de Belém e diretora do Departamento de Ensino Médio e Superior da Secretaria de Educação e Cultura em 1965 e 1966. Em 1966 foi nomeada para integrar a diretoria do Centro de Estudos Pedagógicos do Pará e, no ano seguinte, o conselho técnico da Fundação Educacional do Estado do Pará. Em 1967, tornou-se também professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em 1969 deixou a diretoria do Centro de Estudos Pedagógicos do Pará, passando a exercer o cargo de diretora do departamento de Ensino Fundamental do Ministério de Educação e Cultura, em Brasília. Nesse mesmo ano, assumiu a diretoria executiva da Fundação Educacional do município de Belém, tornando-se membro do grupo estadual para elaboração do projeto MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da comissão encarregada de estruturar a Faculdade de Educação da UFPA.

No início dos anos 1970 participou de diversos programas de cooperação técnica do governo brasileiro no campo de planejamento da educação. Em 1974 tornou-se membro do Conselho Federal de Educação. Neste mesmo ano, transferiu-se para Curitiba, onde ingressou no curso de doutorado em educação na Universidade Federal do Paraná, que concluiu em 1975. No ano seguinte fez o pós-doutorado em administração da educação na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, EUA.

Professora da Universidade de Brasília a partir de 1977, tornou-se vice-diretora da Faculdade de Educação e membro suplente da Comissão de Moral e Civismo do Distrito Federal, em 1978 e 1979.

Em 1979 assumiu a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Distrito Federal, cargo que ocupou até 1985. Em 1981 presidiu o conselho do Projeto Rondon no Distrito Federal e tornou-se membro da Academia de Letras e Música do Brasil. Em 1982 foi uma das fundadoras da Sociedade Interamericana de Administração da Educação.

Filiada desde 1979 ao PDS, deixou o partido para ingressar no PFL, partido pelo qual se lançou candidata a deputada federal pelo Distrito Federal nas eleições de 1986, obtendo apenas uma suplência. Em 1989 saiu do PFL e ingressou no PTR. Em 1990 tornou-se membro da Associação Nacional dos Professores em Administração Educacional, em Brasília, e da Inter Comparative Educational Society, na Pensilvânia (EUA), e assumiu o segundo mandato na vice-presidência do Conselho Mundial de Educação Comparada.

No pleito de outubro de 1990 candidatou-se, na legenda do PTR, a uma vaga na bancada do Distrito Federal, alcançando mais uma vez uma suplência. Em 1991, exerceu pela primeira vez o mandato de deputada federal, cargo que ocupou até 1993. Na Câmara dos Deputados, assumiu a liderança do PTR.

Em 1993, voltou a ocupar a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Filiada ao PP, disputou um novo mandato nas eleições de 1994, obtendo mais uma vez a primeira suplência. Em 1998, deixou o PP para filiar-se ao PMDB, concorrendo por essa legenda a uma vaga de deputada distrital nas eleições de 1998, conseguindo eleger-se.

Em 1999 licenciou-se da Câmara Legislativa para assumir mais uma vez a pasta da Educação do Distrito Federal.

Foi reeleita deputada distrital em 2002, tendo ocupado o cargo de presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, em 2005, e da Comissão de Educação e Saúde, em 2004.

Em 2006 foi mais uma vez eleita primeira suplente para o cargo de deputada distrital, assumindo o mandato em 2007. Neste mesmo ano foi presidenta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa. Foi também presidenta da Comissão de Educação e Saúde em 2010.

Em 2010, teve seu mandato de deputada distrital cassado pela Câmara Legislativa, por envolvimento com o escândalo do mensalão do DEM.

Faleceu em 10 de outubro de 2012, em Brasília.

5.2.7. Ivelise Longhi

Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva nasceu em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, em 20 de janeiro de 1956. Mudou-se para Brasília em 1964 e é formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, com especialização em Desenho Urbano e Planejamento Urbano. Em 1981 foi aprovada em concurso público para o Governo do Distrito Federal.

Foi secretária adjunta e Secretária de Obras do Governo do Distrito Federal entre os anos de 1991 e 1994. Foi também Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal entre os anos de 1999 e 2004. Participou da criação do Instituto de Planejamento do Distrito Federal.

Candidatou-se, pelo PMDB, ao cargo de deputada distrital nas eleições de 2002, obtendo a vaga de suplente e exercendo o mandato entre 2004 e 2006. Na Câmara Legislativa, foi presidenta da Comissão de Assuntos Fundiários em 2005.

Em 2007 tornou-se Diretora Técnica e de Fiscalização da Terracap e em 2008 foi nomeada Administradora regional de Brasília, cargo que ocupou até 2010.

Foi eleita vice-governadora por eleição indireta em 2010, na chapa de Rogério Rosso, após a cassação do então governador José Roberto Arruda e a renúncia de seu vice Paulo Octávio.

Foi ainda diretora-presidente da Codeplan, entre 2011 e 2014, e diretora-presidente do Metrô-DF, em 2014.

5.2.8. Jaqueline Roriz

Jaqueline Maria Roriz nasceu em 18 de agosto de 1962, em Luziânia, Goiás. É filha de Joaquim Roriz, que foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador, governador e ministro, e de Weslian Roriz, que foi candidata a governadora e suplente de senador, além de irmã da deputada distrital Liliane Roriz.

Empresária do ramo agropecuário, Jaqueline é formada pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília-UniCEUB em Pedagogia.

Disputou sua primeira eleição em 2006 pelo PSDB elegendo-se deputada distrital. Em 2009 ocupou o cargo de presidenta da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa.

Foi eleita deputada federal nas eleições de 2010, pelo PMN. Em 2011, teve seu mandato cassado pela Câmara dos Deputados, por envolvimento no escândalo do mensalão do DEM no DF.

5.2.9. Liliane Roriz

Liliane Maria Roriz nasceu em 16 de abril de 1966, em Luziânia, Goiás. É filha de Joaquim Roriz, que foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador, governador e ministro, e de Weslian Roriz, que foi candidata a governadora e suplente de senador, além de irmã da ex-deputada distrital e federal Jaqueline Roriz.

É administradora de empresas e jornalista. Antes da vida pública, trabalhou como apresentadora, nas TVs Apoio, Brasília e Record, de programas de variedades, culturais, moda e culinária. Também atuou em duas produções cinematográficas do diretor brasileiro Afonso Brasa. Foi ainda colunista de variedades na revista Brasília em Dia e apresentadora de programa de variedades na Rádio Mania FM.

Foi eleita deputada distrital nas eleições de 2010, pelo PRTB. Nessa legislatura, ocupou os cargos de presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em 2011, e da Comissão de Saúde, Educação e Cultura, em 2013. Também ocupou o cargo de primeira suplente da 1ª Secretária da Câmara Legislativa e de vice-líder do PSD na casa, partido para o qual migrou mas depois retornou ao PRTB.

Reeleita para o cargo de deputada distrital em 2014, foi eleita, em 2015, vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Em 2016 trocou o PRTB pelo PTB.

5.2.10. Lúcia Carvalho

Lúcia Carvalho nasceu em Londrina, Paraná, em 8 de abril de 1954. Mudou-se para Brasília em 1971 e formou-se em Pedagogia, com licenciatura em Administração Escolar.

É umas das fundadoras da Associação dos Professores do Distrito Federal, do Sindicato dos Professores do DF, tendo sido sua presidente entre 1986 e 1990, da Associação de Moradores da Ceilândia e da União e Luta do P-Sul.

Participou ainda da fundação do PT no Distrito Federal, em 1980, e da CUT/DF, em 1983, tendo sido membro da Executiva Nacional do PT e da direção

nacional da CUT. Foi também secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entre 1989 e 1990.

Foi eleita deputada distrital em 1990 e reeleita em 1994 e 1998, sempre pelo PT.

Na Câmara Legislativa, foi líder da bancada do PT nos anos 1991/1992 e 1995/1996. Ocupou a Primeira Secretaria da Casa no biênio 1993/1994 e foi eleita Presidente da Câmara Legislativa para o biênio 1997/1998, sendo a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil.

Ainda Câmara Legislativa foi eleita presidenta da Comissão de Assuntos Sociais em 1999 e da Comissão de Educação e Saúde em 2002.

Ocupou ainda o cargo de superintendente da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entre 2007 e 2013.

Sempre foi filiada ao PT.

5.2.11. Luzia de Paula

Luzia de Lourdes Moreira de Paula nasceu em 02 de março de 1955, no interior de Minas Gerais. Em 1971, mudou-se para Brasília com uma congregação religiosa, onde era noviça e dedicava-se aos trabalhos sociais, educativos e de orientação espiritual. Tempos depois, saiu do convento. Já residindo na Ceilândia, casou-se em 1975 e tem três filhos.

Formou-se em pedagogia e, nos anos 80, foi sindicalista, tornando-se membro da 1ª Diretoria do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Distrito Federal-SENALBA/DF.

Possui pós-graduação em Psicopedagogia e é professora da rede pública do Distrito Federal.

Em 2006, pelo PPS, concorreu nas eleições para o cargo de deputado distrital, obtendo votos para figurar na lista de suplentes, o que a possibilitou, em 2007, assumir o mandato e permanecer no cargo até o ano seguinte.

Concorreu ao cargo de deputada distrital também nas eleições de 2010, tendo, mais uma vez, ocupado o posto de suplente e assumido o cargo em 2011, permanecendo até 2014.

Nas eleições para a Câmara Legislativa em 2014, já no PEN, foi eleita deputada distrital, vindo a ocupar, naquela casa, o cargo de presidenta da Comissão de Assuntos Sociais em 2015.

Em 2016 trocou o PEN pelo PSB.

5.2.12. Maria de Lourdes Abadia

Maria de Lourdes Abadia nasceu em Bela Vista, Goiás, em 14 de agosto de 1944. Mudou-se para Brasília em 1960 e foi professora primária até concluir o curso de Serviço Social da Universidade de Brasília em 1972.

Foi coordenadora de Serviço Social do governo do Distrito Federal e, de 1975 a 1985, Administradora Regional de Ceilândia. Neste ano, foi nomeada diretora-executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Em 1986 foi eleita deputada federal constituinte pelo PFL. Em 1988 deixou o PFL e ingressou no PSDB, partido do qual foi uma das suas fundadoras. Foi vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados entre 1988 e 1989.

Em 1991 renunciou ao mandato de deputada federal para assumir a cadeira de deputada distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal, cargo que ocupou até 1994 e onde exerceu a liderança do PSDB durante toda a legislatura.

Nas eleições de 1994 disputou o governo do Distrito Federal, não conseguindo ser eleita.

Foi nomeada, em 1985, Secretária de Turismo do Governo do Distrito Federal.

Em 1998 foi eleita, mais uma vez, deputada federal. Licenciou-se da Câmara dos Deputados em 2001 para exercer o cargo de Secretária de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal.

Na Câmara dos Deputados, ocupou a vice-liderança do bloco PSDB/PTB.

Em 2002 foi eleita vice-governadora do Distrito Federal na chapa encabeçada por Joaquim Roriz.

Em 2006 assumiu o governo do Distrito Federal, devido à renúncia de Joaquim Roriz para disputar uma vaga no Senado. Candidatou-se à reeleição nas eleições desse ano, mas foi derrotada.

Em 2010, candidata-se ao Senado, mas não consegue eleger-se, o mesmo ocorrendo em 2014 quando se candidatou ao cargo de deputada federal.

Foi, por diversas vezes, presidente do PSDB no Distrito Federal.

5.2.13. Maria José Maninha

Maria José da Conceição Maninha nasceu em Januária, Minas Gerais, em 13 de setembro de 1948. Formou-se em Medicina na Universidade de Brasília em 1974.

Foi presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, entre 1978 e 1994, conselheira do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, e membro da Associação Médica de Brasília, entre 1990 e 1994 e da Federação Nacional dos Médicos, entre 1991 e 1994. Foi ainda diretora da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais-UNALE e presidente da Confederação Parlamentar das Américas-COPA.

Foi uma das fundadoras do PT/DF e da CUT/DF. Em ambos ocupou cargos na Comissão Executiva Nacional.

Eleita deputada distrital em 1994, foi líder da Bancada do PT e, de 1996 a 1998, ocupou o cargo de Secretária de Saúde do Distrito Federal.

Em 1998 foi reeleita deputada distrital, tendo sido presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa em 2000 e ocupou o cargo de Primeira Secretária da Casa no biênio 2001/2002.

Em 2002 foi eleita deputada federal, tendo sido vice-líder do PT e líder e vice-líder do PSOL na Câmara dos Deputados, partido para qual migrou em 2004.

5.2.14. Rejane Pitanga

Rejane Guimarães Pitanga nasceu em Salvador, Bahia, em 1 de outubro de 1956. Formou-se em Pedagogia e é Servidora Pública e professora. Foi diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal e presidente da CUT/DF entre 2006 e 2010.

Disputou as eleições de 2010 pelo PT para o cargo de deputada distrital e foi eleita primeira suplente, assumindo o mandato entre 2011 e 2012. Na Câmara Legislativa, ocupou o cargo de presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor, em 2011.

Em 2012, assumiu o cargo de Secretária de Estado da Criança do Distrito Federal.

5.2.15. Rose Mary Miranda

Rose Mary Miranda nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 24 de maio de 1954. É radialista e foi diretora do Sindicato dos Radialistas do DF entre 1985 e 1986.

Em 1990, foi eleita deputada distrital pelo PTR. Na Câmara Legislativa foi vice-presidente no biênio 1993/1994. Mudou de partido durante o mandato para o PMDB e, ao fim da legislatura, retirou-se da política..

5.2.16. Sandra Faraj

Sandra Faraj Cavalcante nasceu em Brasília no dia 12 de fevereiro de 1975, descendente de uma família árabe que chegou ao Brasil há mais de 40 anos.

É casada e formada em Administração com Especialização em Comércio Exterior e Finanças.

Assumiu a coordenação da Rede de Homens e Mulheres de Negócios, uma rede de empresários do Distrito Federal que promove reuniões e palestras para orientar e instruir as pessoas para o mundo dos negócios.

É madrinha do projeto social “Sim para Família” (SPF), que nasceu com objetivo de contribuir para a redução das desigualdades e atuar em prol do desenvolvimento da família.

No ano de 2010, pelo PSDB, candidatou-se pela primeira vez à Câmara Legislativa do Distrito Federal, mas não conseguiu eleger-se deputada distrital.

Em 2011 foi nomeada para ocupar o cargo de Subsecretária de Articulação Política da Secretaria de Estado do Entorno. Em seguida, assumiu a Subsecretaria de Apoio à Realização de Eventos do GDF e, logo depois, a Administração Regional do Lago Norte.

Em 2013 assumiu uma cadeira no Clube das Soroptimistas, entidade sem fins lucrativos reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) que administra vários programas internacionais a fim de trazer oportunidades às mulheres,

Nas eleições de 2014 concorreu novamente à Câmara Legislativa do Distrito Federal, desta vez pelo Solidariedade, e foi eleita.

Na Câmara Legislativa, assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2015.

É presidenta regional do Solidariedade, pastora da Igreja Comunidade Cristã Ministério da Fé e irmã do também pastor Fadi Faraj, eleito segundo suplente do Senador Reguffe em 2014.

5.2.17. Telma Rufino

Telma Rufino Alves nasceu em 12 de agosto de 1968. Graduada em Gestão Pública, com especialização na mesma área, também é corretora de imóveis. Possui formação em Administração; Economia Doméstica e Estatística.

É líder comunitária na região do Areal, Arniqueira e Águas Claras, tendo trabalhado na administração da região.

Disputou as eleições de 2014 pelo PPL e foi eleita deputada distrital. Na Câmara Legislativa, foi eleita, em 2015, para o cargo de presidenta da Comissão de Assuntos Fundiários.

Capítulo 6

Resultados

No total, 17 mulheres foram eleitas deputadas distritais na Câmara Legislativa do Distrito Federal em 24 anos de funcionamento, incluindo 2 que foram eleitas suplentes e assumiram o mandato. Contando reeleições, que foram 14 – incluindo as suplências –, o número de casos observados foi de 31, divididos por eleições, que foram 7 desde 1990.

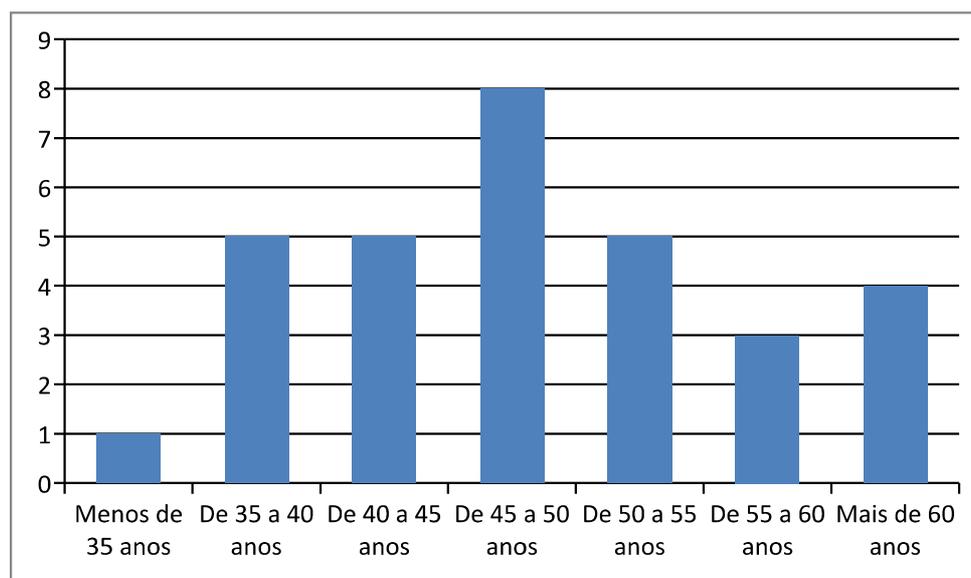
Com base nessas 31 observações, foram colhidas diversas informações sobre a carreira das deputadas, expostas de forma geral no capítulo anterior.

As informações coletadas referem-se a: idade em que as deputadas foram eleitas, reeleição, cargos públicos anteriormente ocupados, existência de familiar político, participação em sindicato ou em movimento social e associativo, formação educacional, atividade desempenhada, cargos partidários e tempo de filiação ao partido político.

O gráfico 5 mostra que 64,5% das eleitas tinham mais de 45 anos de idade, o que indica que o ingresso no cargo não se dá de forma precoce para a maioria das mulheres eleitas.

Gráfico 5

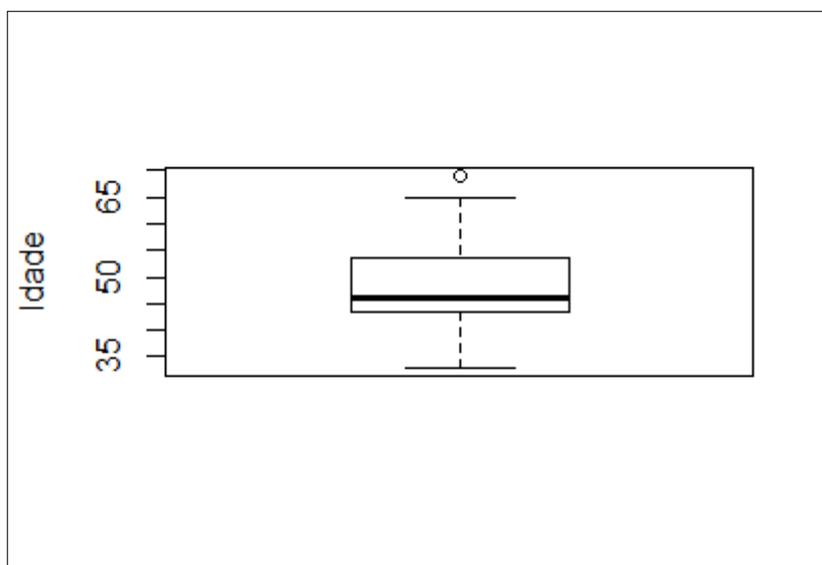
Número de deputadas eleitas, por faixa de idade



Fonte: o autor.

A média de idade das eleitas é de 48 anos, tendo a mais jovem 33 anos e a mais velha 69 anos, como demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6
Idade das eleitas



Fonte: o autor.

Segundo a tabela 1, o percentual de reeleição é de 38,7%. A título de comparação, o percentual de reeleição de homens na CLDF nas eleições de 2014 foi de 50%. Por seu turno, nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2014, o percentual de deputadas reeleitas foi de 43,2% , enquanto o de deputados foi de 56,5%.

Tabela 1
Eleitas que se reelegeram

Reeleição	Freq.	%
Sim	12	38,7
Não	19	61,3
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

A tabela 2 demonstra o alto número de reeleitas quando comparado com o número de eleitas pela primeira vez em cada eleição, o que indica a importância do acúmulo deste tipo de capital político.

Tabela 2

Deputadas eleitas pela primeira vez e reeleitas por eleição

Ano	Deputadas eleitas pela primeira vez	Deputadas reeleitas
1990	3	0
1994	1	1
1998	2	2
2002	3	2
2006	1	2
2010	2	2
2014	3	2

Fonte: o autor.

As tabelas 3, 4 e 5 trazem os percentuais de cargos públicos anteriormente ocupados pelas eleitas. Observou-se que 45,2% delas – incluídas as que se reelegeram – já haviam ocupado o cargo de deputada distrital, 25,8% o cargo de secretária de estado e 12,9% o cargo de administradora regional, demonstrando que a ocupação de um cargo público anteriormente à eleição é um importante ganho de capital político.

Tabela 3

Eleitas que já ocuparam anteriormente o cargo de deputada distrital

Deputada Distrital	Freq.	%
Sim	14	45,2
Não	17	54,8
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Tabela 4

Eleitas que já ocupara, anteriormente o cargo de secretária de estado

Secretária de Estado	Freq.	%
Sim	8	25,8
Não	23	74,2
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Tabela 5

Eleitas que já ocuparam anteriormente o cargo de administradora regional

Administradora Regional	Freq.	%
Sim	4	12,9
Não	27	87,1
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Nenhuma eleita ocupou antes os cargos de vereadora, deputada estadual, senadora, prefeita, secretária municipal, e ministra de Estado.

Foi observado que algumas eleitas ocuparam cargos de segundo escalão: Coordenadora de Serviço Social do GDF; Coordenadora de Secretaria de Estado; Secretária de Ministério; Subsecretária de Estado; Secretária-Executiva de Ministério.

Vale ressaltar que uma das eleitas ocupou anteriormente o cargo de Presidente da CLDF – Lúcia Carvalho – e outra o cargo de Vice-Governadora do DF – Arlete Sampaio.

Observa-se, pela tabela 6, que 12,9% das eleitas possuíam familiar político, percentual baixo quando se compara com o histórico da política nacional. Além disso, merece registro que um dos casos refere-se a uma deputada que é irmã de suplente de senador e os outros são da mesma família – família Roriz –, de grande tradição política no Distrito Federal e Goiás. Os familiares políticos das deputadas da família Roriz são o pai, a mãe, a irmã e o primo e os cargos destes familiares são de governador, senador, ministro de estado, prefeito, deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador.

Tabela 6

Eleitas que possuíam familiar político

Familiar político	Freq.	%
Sim	4	12,9
Não	27	87,1
TOTAL	31	100

Fonte : o autor

Merece destaque que Joaquim Roriz, o patriarca da família, possui grande influência na política local, tendo ocupado o cargo de Governador do Distrito Federal em quatro oportunidades (de 1988 a 1990, nomeado pelo Presidente da República; de 1991 a 1995; de 1999 a 2003; e de 2003 a 2006), além de ter sido Ministro da Agricultura e Reforma Agrária no Governo de Fernando Collor, em 1990, e eleito Senador pelo Distrito Federal em 2006. No Estado de Goiás, foi Vereador no município de Luziânia (de 1963 a 1966), Deputado Estadual (1979 a 1983), Deputado Federal (1983 a 1986), Vice-Governador de Estado (de 1986 a 1987) e Prefeito do município de Goiânia (de 1987 a 1988, como interventor),

Além de político, Joaquim Roriz também é empresário do ramo agropecuário e ocupou cargos partidários nos anos 1970 e 1980, o que revela seu grande capital político acumulado ao longo de anos. Assim, aqueles que possuem capital familiar delegado por Joaquim Roriz detêm importante ganho no campo político.

Segundo a tabela 7, 45,2% das eleitas participaram do movimento sindical anteriormente. Interessante notar que destas 14 eleitas, 10 eram filiadas ao PT, 2 do PPS e 1 do PTR e do PEN.

Tabela 7

Eleitas que possuíam participação no movimento sindical

Sindicato	Freq.	%
Sim	14	45,2
Não	17	54,8
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Os sindicatos mencionados foram os seguintes: Central Única dos Trabalhadores-CUT; Associação dos Professores do DF; Sindicato dos Professores do DF; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Sindicato dos Radialistas do DF; Sindicato dos Médicos de Brasília; Associação Médica de Brasília; Federação Nacional dos Médicos; Central Única dos Trabalhadores do DF-CUT/DF; Sindicato dos Bancários do DF; Confederação Nacional dos Bancários; Federação Nacional dos Funcionários da Caixa; e Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Distrito Federal.

Também se verificou que 45,2% das eleitas ocuparam cargos dentro do sindicato, como mostra a tabela 8.

Tabela 8

Eleitas que ocuparam anteriormente cargos em entidades sindicais

Cargo no sindicato	Freq.	%
Sim	14	45,2
Não	17	54,8
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Os cargos ocupados nos sindicatos foram os seguintes: Presidente do Sindicato dos Professores do DF; Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal (CUT/DF) Diretora na Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Diretora do Sindicato dos Radialistas do DF; Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília;; Presidente do Sindicato dos Bancários do DF; Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Bancários; Diretora da Federação Nacional dos Funcionários da Caixa;; Diretora do Sindicato dos Professores do DF; Presidente da CUT/DF.

Esse achado demonstra que a participação no movimento sindical é uma importante porta de entrada para a carreira política das mulheres no Distrito Federal, pois permite a elas, após anos de dedicação ao movimento, ocupando cargos dentro das entidades, acumular capital político delegado e construir a carreira a partir daí.

Já quanto à participação em movimentos sociais ou associativos, esse percentual foi de 32,3% das eleitas, como mostra a tabela 9. Destas 10 eleitas, 3 eram filiadas ao PT, 2 do PPS e 1 do PMN, PEN, PDT, PPL e Solidariedade.

Tabela 9

Eleitas que possuíam participação em movimentos sociais ou associativos

Movimento Social ou associativo	Freq.	%
Sim	10	32,3
Não	21	67,7
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Os movimentos sociais e associativos eram: Associação de Moradores da Ceilândia; União e Luta do P-Sul; Juventude Organizada para Integração e Ação; Centro Comunitário da Criança; Associação de Moradores de Arniqueira e Areal; Sim para a família; Rede de homens e mulheres de negócios.

Ainda quanto à participação em movimentos sociais e associativos, a tabela 10 mostra que 16,1% das eleitas ocuparam cargos nestas organizações, sendo estes cargos de fundadora, presidente e coordenadora.

Tabela 10

Eleitas que ocuparam anteriormente cargos em entidades de movimentos sociais ou associativas

Cargo em Movimento Social	Freq.	%
Sim	5	16,1
Não	26	83,9
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Dentre as eleitas, somente 16,1% eram empresárias, conforme mostra a tabela 11, e apenas uma diretora de empresa – do ramo agropecuário –, como indica a tabela 12.

Tabela 11

Eleitas que se declararam empresárias

Empresária	Freq.	%
Sim	5	16,1
Não	26	83,9
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Tabela 12

Eleitas que se declararam diretoras de empresa

Diretora de empresa	Freq.	%
Sim	1	3,2
Não	30	96,8
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Nenhuma das eleitas era dona de veículo de comunicação, mas 9,7% trabalharam em empresas de comunicação, conforme a tabela 13. Esses trabalhos na mídia foram de radialista e de apresentadora de programas de TV.

Tabela 13

Eleitas que foram anteriormente empregadas de empresas de comunicação

Empregada de empresa de comunicação	Freq.	%
Sim	3	9,7
Não	28	90,3
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Interesse registrar que apenas uma das eleitas era pastora, eleita em 2014, pleito em que as igrejas evangélicas elevaram muito seus representantes em diversas casas legislativas, como, por exemplo, na Câmara dos Deputados.

Foram observadas 9 profissões diferentes exercidas pelas deputadas distritais, segundo a tabela 14. Já a tabela 15 mostra a frequência dessas profissões por mandato – incluindo as que se reelegeram –, revelando aquelas que mais se repetem e

indicam um perfil de carreira prevalente. Vale ressaltar que algumas deputadas declararam mais de uma profissão.

Tabela 14

Profissões por deputada

Profissão	Frequência, por número de casos
Servidora pública	5
Administradora	4
Professora	4
Empresária	3
Médica	2
Radialista	1
Química	1
Bancária	1
Gestora pública	1

Fonte: o autor

Tabela 15

Profissões por mandato*

Profissão	Frequência, por número de casos
Professora	10
Servidora pública	8
Administradora	6
Empresária	5
Médica	4
Química	3
Bancária	2
Radialista	1
Gestora pública	1

Fonte: o autor

*Incluindo suplentes.

O perfil profissional é uma variável importante para se observar porque existem profissões que, por suas características e tradição, são privilegiadas no momento do recrutamento partidário, como advogados, médicos, engenheiros e profissões ligadas à educação no caso das mulheres.

Verificou-se que, de fato, a profissão de professora destacou-se entre as eleitas, juntamente com servidoras públicas e administradoras. Médicas e empresárias vêm logo em seguida. Esses achados confirmam que a ocupação de profissões tradicionais favorecem a seleção de mulheres.

Em relação à formação acadêmica, observou-se que apenas uma das eleitas não possuía nível superior. Foram verificadas 13 formações acadêmicas diferentes entre as deputadas, conforme a tabela 16. Já a tabela 17 mostra a frequência dessas formações acadêmicas por mandato – incluindo as que se reelegeram –, revelando aquelas que mais se repetem e indicam um perfil de formação prevalente. Interessante notar que não há nenhuma com formação em Direito, carreira

tradicionalmente ligada à profissionalização política. Vale ressaltar que algumas deputadas possuíam mais de uma formação acadêmica.

Tabela 16

Formação acadêmica, por deputada

Formação	Frequência, por número de casos
Administração	5
Pedagogia	4
Medicina	2
Serviço Social	1
Economia	1
Geografia	1
História	1
Química	1
Psicologia	1
Jornalismo	1
Economia Doméstica	1
Estatística	1
Arquitetura e Urbanismo	1

Fonte: o autor

Tabela 17

Formação acadêmica, por mandato*

Formação	Frequência, por número de casos
Administração	8
Pedagogia	8
Medicina	4
Geografia	3
História	3
Química	3
Economia	2
Psicologia	2
Jornalismo	2
Serviço Social	1
Economia Doméstica	1
Estatística	1
Arquitetura e Urbanismo	1

Fonte: o autor

*Incluindo suplentes.

Por fim, foram 13 os partidos pelos quais as candidatas foram eleitas, sendo o PT o que elegeu mais mulheres, 10, seguido do PSDB e do PMDB, ambos com 4, como mostra a tabela 18.

Tabela 18
Eleitas por partido

Partido	Frequência
PT	10
PSDB	4
PMDB	4
PFL/DEM	2
PRTB	2
PPS	2
PTR	1
PL	1
PMN	1
PDT	1
PEN	1
PPL	1
Solidariedade	1
TOTAL	31

Fonte: o autor.

É interessante notar que o partido que mais elegeu mulheres, o PT, é uma agremiação de esquerda⁴, confirmando as análises feitas por Norris (2003) e Santos e Serna (2007), no sentido que partidos de esquerda abrem mais espaço para candidaturas femininas. Esse achado confirma uma tendência observada também na Câmara dos Deputados.

O tempo de filiação nos partidos antes de serem eleitas foi verificado, conforme a tabela 19.

⁴ Foram considerados partidos de esquerda o PT, o PDT e o PPS, de direita o PFL/DEM e o PL e os demais de centro.

Tabela 19

Tempo de filiação aos partidos das eleitas

Tempo de filiação	Freq.	%
Menos de 2 anos	4	12,9
De 2 a 4 anos	2	6,5
De 4 a 6 anos	1	3,2
De 6 a 8 anos	0	0
De 8 a 10 anos	1	3,2
De 10 a 12 anos	0	0
Mais de 12 anos	6	19,4
Não resposta	17	54,8
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Em relação às eleitas que trocaram de partido, verificou-se que nenhuma das que mudou de legenda era do PT, partido de esquerda, reforçando a observação anterior.

Também verificou-se o percentual de eleitas que ocupou cargos dentro do partido, conforme a tabela 20.

Tabela 20

Eleitas que ocuparam anteriormente cargos partidários

Cargo partidário	Freq.	%
Sim	7	22,6
Não	24	77,4
TOTAL	31	100

Fonte: o autor.

Esses cargos foram de membro do diretório regional (2), presidente da comissão executiva regional (2), membro de comissão executiva nacional (4), dirigente executiva (1) e vice-presidente regional (1).

Conclusão

No presente trabalho foi possível observar que a sub-representação das mulheres na política, em especial nas casas legislativas, é causada, principalmente, por conta da exclusão histórica da esfera pública pela qual as mulheres são submetidas, fruto do patriarcado que criou uma forma diferenciada de socialização dos homens e das mulheres.

Essa exclusão, que localizou as mulheres em posição de subordinação em relação aos homens, relegando-as ao espaço privado/doméstico, fez com que elas não desenvolvessem o *habitus* necessário para ingressar no campo político e ocupar nele uma posição central.

Além disso, a acumulação de capital político, necessária para a construção de uma carreira política contínua e ascendente, também é mais difícil para as mulheres, tanto por conta dos padrões sociais construídos com base no patriarcado, como pela não ocupação do campo político por elas.

A consequência dessa exclusão histórica e sistemática das mulheres da esfera pública/política é a perpetuação da situação ao longo do tempo, impedindo que elas ocupem o espaço político e mantendo a sua situação de sub-representação.

Aquelas que conseguem eleger-se constroem uma carreira com características próprias, como pudemos ver nos dados coletados junto às deputadas distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Dentre as características preponderantes das eleitas, observou-se que elas possuíam mais de 44 anos de idade e que o fato de ter ocupado cargo público anteriormente favoreceu sua eleição. Do mesmo modo, o fator reeleição foi importante para diversas eleitas, indicando, também aqui, que o acúmulo de capital político mostra-se presente.

Esse último fator indica que, além de serem poucas as que se elegem, há um alto grau de reeleição. Consequentemente, é baixo o número de novas deputadas.

A participação no sindicalismo ou em movimentos sociais e associativos também foi verificado, o que revela a importância do acúmulo de capital associativo.

Aqui cabe diferenciar a participação em movimento sindical, social ou associativo. O movimento sindical é aquele em que os associados participam com o propósito de promoverem os interesses de determinada categoria profissional. Já o

movimento social é a ação coletiva organizada que visa mudanças sociais através do embate político.

Dentre todos os achados, a participação no movimento sindical, juntamente com as altas taxas de reeleição, foi o principal capital político observado. O acúmulo deste capital delegado, tanto entre as reeleitas quanto entre as novatas, demonstra que essa porta de entrada é a que mais permite o acesso das mulheres à carreira política.

O perfil das eleitas também revelou que entre elas havia algumas empresárias, o que denota a incidência do capital econômico, apesar de não tão significativo quando comparado ao capital associativo.

Em relação ao capital midiático, foi observado que algumas eleitas foram empregadas de veículos de comunicação anteriormente. No entanto, assim como no caso do capital econômico, o midiático também não se mostrou tão significativo quanto outros tipos de capital político.

Chamou atenção que algumas eleitas possuíam familiar político, revelando que o capital familiar se faz presente nas carreiras das deputadas, em especial no caso das filhas do ex-governador Joaquim Roriz. Por representarem dois dos três casos observados, pode-se afirmar que ser filha do ex-governador foi um fator importante na acumulação de capital político delegado por estas eleitas.

Dentre as profissões, professoras, servidoras públicas e administradoras foram as preponderantes, assim como a formação acadêmica em administração, pedagogia e medicina. Chamou a atenção o fato de nenhuma eleita possuir formação em direito, tradicional área identificada na carreira de políticos.

As observações relacionadas aos partidos políticos mostraram que a agremiação que obteve mais candidatas eleitas foi o PT, indicando a abertura maior dos partidos de esquerda às candidaturas de mulheres. Interessante notar que as maiores incidências de tempo de filiação foram mais de 12 anos e menos de 2 anos, ou seja, os extremos. Também observou-se que foi importante a ocupação de cargos no partido anteriormente à eleição, revelando que o acúmulo deste capital político também é importante para o sucesso na carreira política.

Quando comparados os tipos de capital político entre si, verifica-se que, no caso das eleitas para o cargo de deputada distrital, o capital associativo mostrou-se o mais relevante, com 45,2% das eleitas tendo participado do movimento sindical.

O capital familiar, sempre relevante para as mulheres na construção de suas carreiras políticas, em especial para o seu ingresso, revelou a particularidade, no caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que apenas três deputadas possuíam algum familiar político, sendo que duas delas pertenciam a mesma família, demonstrando a importância desta família na política local – no caso, a família Roriz.

Já o capital econômico e o midiático, quando comparados ao associativo, demonstraram baixa incidência no caso das deputadas distritais.

Juntamente com o capital associativo, os altos índices de reeleição revelam que ocupar o cargo de deputada distrital anteriormente proporciona um acúmulo importante de capital político para as deputadas que tentam reeleger-se, ou seja, torna a candidatura mais competitiva nas eleições.

Assim, as mulheres que construíram uma carreira política vencedora, competitiva, mobilizaram, em especial, o capital associativo, e o utilizaram como porta de entrada para a carreira política.

Outra porta de entrada, no caso dos partidos de esquerda, como o PT, é a construção de uma carreira internamente na agremiação política, levando as mulheres a, após muitos anos de filiação – no caso, mais de doze –, conseguirem eleger-se deputada distrital.

Dessa forma, constatou-se, como revela a literatura, que a construção de uma carreira política de sucesso, ou seja, que leve à eleição, necessita do acúmulo de capital político, sendo importantes todas as suas formas, mas em especial, no caso das eleitas para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) o capital associativo.

Sendo o acesso ao capital político, seja associativo, familiar, econômico, midiático ou delegado, mais difícil às mulheres, por conta da socialização diferenciada em relação aos homens que lhes faz adquirir um *habitus* não “adequado” ao campo político, elas encontram mais obstáculos para ingressar nesse campo e construir uma carreira política de sucesso.

A consequência disso é a sub-representação das mulheres nos espaços político decisórios, o que reforça a desigualdade entre os gêneros e mantém o círculo vicioso da sub-representação.

Por esses motivos, medidas devem tomadas para reverter o quadro de sub-representação feminina na política. A adoção de ações afirmativas, como a política de cotas, é uma alternativa que deu certo em diversos países, mas que, no caso do Brasil, deve vir acompanhada de uma reforma do sistema eleitoral e partidário, no

sentido da implantação das listas fechadas com mandato de posição, aplicação de sanções aos partidos que não respeitem os limites mínimos de candidaturas femininas e uma exigência para que as agremiações realizem os processos de recrutamento de candidatos de forma descentralizada e seguindo regras formais.

Por meio dessas mudanças institucionais, será possível permitir um maior acesso das mulheres ao espaço político e, a partir daí, tanto por meio da representação descritiva quanto da substantiva e da simbólica, alterar-se a construção social que exclui as mulheres da esfera pública.

Ao obter maior representação política, as mulheres atuarão em igualdade com os homens no campo político, situação que garantirá justiça e, conseqüentemente, tornará realizável a democracia.

Anexo

Ranking Mundial de Participação Feminina no Parlamento, divulgado em 2014 pela União Interparlamentar (UIP).

Posição	País	— Câmara baixa ou única —				— Senado ou Câmara alta —			
		Eleitos	Vagas*	Mulheres	%	Eleitos	Vagas*	Mulheres	%
1	Ruanda	9 2013	80	51	63.8%	9 2011	26	10	38.5%
2	Andorra	4 2011	28	14	50.0%	—	—	—	—
3	Cuba	2 2013	612	299	48.9%	—	—	—	—
4	Suécia	9 2010	349	157	45.0%	—	—	—	—
5	África do Sul	4 2009	400	179	44.8%	4 2009	53	18	34.0%
6	Seicheles	9 2011	32	14	43.8%	—	—	—	—
7	Senegal	7 2012	150	65	43.3%	—	—	—	—
8	Finlândia	4 2011	200	85	42.5%	—	—	—	—
9	Nicarágua	11 2011	92	39	42.4%	—	—	—	—
10	Equador	2 2013	137	57	41.6%	—	—	—	—
11	Bélgica	6 2010	150	62	41.3%	6 2010	71	28	39.4%
12	Islândia	4 2013	63	25	39.7%	—	—	—	—
“	Espanha	11 2011	350	139	39.7%	11 2011	266	89	33.5%
13	Noruega	9 2013	169	67	39.6%	—	—	—	—
14	Moçambique	10 2009	250	98	39.2%	—	—	—	—
15	Dinamarca	9 2011	179	70	39.1%	—	—	—	—
16	Holanda	9 2012	150	58	38.7%	5 2011	75	27	36.0%
17	Timor-Leste	7 2012	65	25	38.5%	—	—	—	—
18	México	7 2012	500	187	37.4%	7 2012	128	44	34.4%
19	Angola	8 2012	220	81	36.8%	—	—	—	—
20	Argentina	10 2013	257	94	36.6%	10 2013	72	28	38.9%
21	Alemanha	9 2013	631	230	36.5%	N.A.	69	19	27.5%
22	Tanzânia	10 2010	350	126	36.0%	—	—	—	—
23	Uganda	2 2011	386	135	35.0%	—	—	—	—
24	Sérvia	3 2014	250	85	34.0%	—	—	—	—
25	Nova Zelândia	11 2011	121	41	33.9%	—	—	—	—
26	Costa Rica	2 2014	57	19	33.3%	—	—	—	—
“	Grenada	2 2013	15	5	33.3%	3 2013	13	2	15.4%
“	Eslovênia	12 2011	90	30	33.3%	11 2012	40	3	7.5%
27	Macedônia	4 2014	123	40	32.5%	—	—	—	—
28	Áustria	9 2013	183	59	32.2%	N.A.	62	18	29.0%
29	Argélia	5 2012	462	146	31.6%	12 2012	144	10	6.9%

30	Zimbabwe	7 2013	270	85	31.5%	7 2013	80	38	47.5%
31	Itália	2 2013	630	198	31.4%	2 2013	317	92	29.0%
32	Guiana	11 2011	67	21	31.3%	—	—	—	—
“	Portugal	6 2011	230	72	31.3%	—	—	—	—
33	Camarões	9 2013	180	56	31.1%	4 2013	100	20	20.0%
34	Suíça	10 2011	200	62	31.0%	10 2011	46	9	19.6%
35	Burundi	7 2010	105	32	30.5%	7 2010	41	19	46.3%
36	Nepal	11 2013	575	172	29.9%	—	—	—	—
37	Trinidad e Tobago	5 2010	42	12	28.6%	6 2010	31	6	19.4%
38	Luxemburgo	10 2013	60	17	28.3%	—	—	—	—
39	Tunísia	10 2011	217	61	28.1%	—	—	—	—
40	Etiópia	5 2010	547	152	27.8%	5 2010	135	22	16.3%
41	Afeganistão	9 2010	249	69	27.7%	1 2011	102	28	27.5%
42	El Salvador	3 2012	84	23	27.4%	—	—	—	—
43	Filipinas	5 2013	289	79	27.3%	5 2013	24	6	25.0%
44	Lesoto	5 2012	120	32	26.7%	6 2012	33	9	27.3%
45	Bielorrússia	9 2012	109	29	26.6%	8 2012	57	20	35.1%
46	Sudão do Sul	8 2011	332	88	26.5%	8 2011	50	5	10.0%
47	Turquemenistão	12 2013	125	33	26.4%	—	—	—	—
48	França	6 2012	577	151	26.2%	9 2011	347	78	22.5%
49	Austrália	9 2013	150	39	26.0%	9 2013	75	31	41.3%
50	Honduras	11 2013	128	33	25.8%	—	—	—	—
51	Namíbia	11 2009	78	20	25.6%	11 2010	26	7	26.9%
52	Bolívia	12 2009	130	33	25.4%	12 2009	36	17	47.2%
53	Iraque	4 2014	328	83	25.3%	—	—	—	—
“	Singapura	5 2011	99	25	25.3%	—	—	—	—
54	Cazaquistão	1 2012	115	29	25.2%	8 2011	47	3	6.4%
“	Mauritânia	11 2013	147	37	25.2%	11 2009	56	8	14.3%
55	Canadá	5 2011	307	77	25.1%	N.A.	96	38	39.6%
56	Laos	4 2011	132	33	25.0%	—	—	—	—
“	Letônia	9 2011	100	25	25.0%	—	—	—	—
57	Bulgária	5 2013	240	59	24.6%	—	—	—	—
58	Polônia	10 2011	460	112	24.3%	10 2011	100	13	13.0%
“	Sudão	4 2010	354	86	24.3%	5 2010	29	5	17.2%
“	Vietnã	5 2011	498	121	24.3%	—	—	—	—
59	Lituânia	10 2012	141	34	24.1%	—	—	—	—
60	Guiné Equatorial	5 2013	100	24	24.0%	5 2013	75	8	10.7%

61	Croácia	12 2011	151	36	23.8%	—	—	—	—
62	China	3 2013	2987	699	23.4%	—	—	—	—
63	Quirguistão	10 2010	120	28	23.3%	—	—	—	—
64	Madagascar	12 2013	147	34	23.1%	—	—	—	—
65	Reino Unido	5 2010	650	147	22.6%	N.A.	779	182	23.4%
66	Israel	1 2013	120	27	22.5%	—	—	—	—
67	Malawi	5 2009	193	43	22.3%	—	—	—	—
“	Peru	4 2011	130	29	22.3%	—	—	—	—
68	Eritrea	2 1994	150	33	22.0%	—	—	—	—
“	Uzbequistão	12 2009	150	33	22.0%	1 2010	100	15	15.0%
69	Guiné	9 2013	114	25	21.9%	—	—	—	—
70	Bósnia e Herzegovina	10 2010	42	9	21.4%	6 2011	15	2	13.3%
71	Grécia	6 2012	300	63	21.0%	—	—	—	—
72	Cabo Verde	2 2011	72	15	20.8%	—	—	—	—
“	República Dominicana	5 2010	183	38	20.8%	5 2010	32	3	9.4%
“	Mônaco	2 2013	24	5	20.8%	—	—	—	—
73	Paquistão	5 2013	323	67	20.7%	3 2012	104	17	16.3%
74	Cambodja	7 2013	123	25	20.3%	1 2012	61	9	14.8%
75	Albânia	6 2013	140	28	20.0%	—	—	—	—
“	Liechtenstein	2 2013	25	5	20.0%	—	—	—	—
76	Arábia Saudita	1 2013	151	30	19.9%	—	—	—	—
77	Bangladesh	1 2014	348	69	19.8%	—	—	—	—
78	República Tcheca	10 2013	200	39	19.5%	10 2012	81	14	17.3%
79	Quênia	3 2013	350	67	19.1%	3 2013	68	18	26.5%
80	Estônia	3 2011	100	19	19.0%	—	—	—	—
81	Burkina Faso	12 2012	127	24	18.9%	—	—	—	—
82	Maurício	5 2010	69	13	18.8%	—	—	—	—
“	Moldávia	11 2010	101	19	18.8%	—	—	—	—
83	Eslováquia	3 2012	150	28	18.7%	—	—	—	—
84	San Marino	11 2012	60	11	18.3%	—	—	—	—
“	Estados Unidos	11 2012	432	79	18.3%	11 2012	100	20	20.0%
85	São Tomé e Príncipe	8 2010	55	10	18.2%	—	—	—	—
86	Togo	7 2013	91	16	17.6%	—	—	—	—
87	Emirados Árabes	9 2011	40	7	17.5%	—	—	—	—

88	Marrocos	11 2011	395	67	17.0%	10 2009	270	6	2.2%
“	Venezuela	9 2010	165	28	17.0%	—	—	—	—
89	Indonésia	4 2014	560	94	16.8%	—	—	—	—
90	Barbados	2 2013	30	5	16.7%	3 2013	21	6	28.6%
“	Santa Lúcia	11 2011	18	3	16.7%	1 2012	11	2	18.2%
91	Líbia	7 2012	200	33	16.5%	—	—	—	—
92	Coreia do Norte	3 2014	687	112	16.3%	—	—	—	—
93	Tajiquistão	2 2010	63	10	15.9%	3 2010	34	4	11.8%
94	Chile	11 2013	120	19	15.8%	11 2013	38	7	18.4%
95	Irlanda	2 2011	166	26	15.7%	4 2011	60	19	31.7%
“	Coreia do Sul	4 2012	300	47	15.7%	—	—	—	—
96	Azerbaijão	11 2010	122	19	15.6%	—	—	—	—
97	Gabão	12 2011	120	18	15.0%	1 2009	102	17	16.7%
“	Paraguai	4 2013	80	12	15.0%	4 2013	45	9	20.0%
98	Chad	2 2011	188	28	14.9%	—	—	—	—
“	Mongólia	6 2012	74	11	14.9%	—	—	—	—
99	Montenegro	10 2012	81	12	14.8%	—	—	—	—
100	Turquia	6 2011	548	79	14.4%	—	—	—	—
101	Malta	3 2013	70	10	14.3%	—	—	—	—
102	Somália	8 2012	275	38	13.8%	—	—	—	—
103	Guiné-Bissau	4 2014	102	14	13.7%	—	—	—	—
104	Rússia	12 2011	450	61	13.6%	N.A.	163	13	8.0%
105	Romênia	12 2012	407	55	13.5%	12 2012	176	13	7.4%
106	Guatemala	9 2011	158	21	13.3%	—	—	—	—
“	Níger	1 2011	113	15	13.3%	—	—	—	—
107	Bahamas	5 2012	38	5	13.2%	5 2012	16	4	25.0%
108	Uruguai	10 2009	99	13	13.1%	10 2009	31	2	6.5%
109	São Vicente e Granadinas	12 2010	23	3	13.0%	—	—	—	—
110	Dominica	12 2009	31	4	12.9%	—	—	—	—
111	Djibouti	2 2013	55	7	12.7%	—	—	—	—
“	Jamaica	12 2011	63	8	12.7%	9 2007	21	6	28.6%
112	Chipre	5 2011	56	7	12.5%	—	—	—	—
113	Serra Leoa	11 2012	124	15	12.1%	—	—	—	—
114	Geórgia	10 2012	150	18	12.0%	—	—	—	—
“	Jordânia	1 2013	150	18	12.0%	10 2013	75	9	12.0%
“	Síria	5 2012	250	30	12.0%	—	—	—	—
115	Suriname	5 2010	51	6	11.8%	—	—	—	—

116	Índia	4 2014	543	62	11.4%	2 2014	243	29	11.9%
117	Libéria	10 2011	73	8	11.0%	10 2011	30	4	13.3%
118	Gana	12 2012	275	30	10.9%	—	—	—	—
119	Zâmbia	9 2011	158	17	10.8%	—	—	—	—
120	Armênia	5 2012	131	14	10.7%	—	—	—	—
121	República do Congo	11 2011	498	53	10.6%	1 2007	108	6	5.6%
122	Antígua e Barbuda	3 2009	19	2	10.5%	4 2009	17	5	29.4%
123	Malásia	5 2013	222	23	10.4%	N.A.	59	17	28.8%
124	Bahrein	10 2010	40	4	10.0%	11 2010	40	11	27.5%
125	Ucrânia	10 2012	442	43	9.7%	—	—	—	—
126	Botswana	10 2009	63	6	9.5%	—	—	—	—
“	Hungria	4 2014	199	19	9.5%	—	—	—	—
“	Mali	11 2013	147	14	9.5%	—	—	—	—
127	Costa do Marfim	12 2011	254	24	9.4%	—	—	—	—
“	Gâmbia	3 2012	53	5	9.4%	—	—	—	—
128	Kiribati	10 2011	46	4	8.7%	—	—	—	—
129	Brasil	10 2010	513	44	8.6%	10 2010	81	13	16.0%
130	Butão	7 2013	47	4	8.5%	4 2013	25	2	8.0%
“	Panamá	5 2009	71	6	8.5%	—	—	—	—
131	Benin	4 2011	83	7	8.4%	—	—	—	—
132	Japão	12 2012	480	39	8.1%	7 2013	242	39	16.1%
133	Congo	7 2012	136	10	7.4%	10 2011	72	10	13.9%
134	Nigéria	4 2011	360	24	6.7%	4 2011	109	7	6.4%
“	São Cristóvão e Nevis	1 2010	15	1	6.7%	—	—	—	—
“	Tuvalu	9 2010	15	1	6.7%	—	—	—	—
135	Suazilândia	9 2013	65	4	6.2%	10 2013	30	10	33.3%
136	Maldívas	3 2014	85	5	5.9%	—	—	—	—
137	Sri Lanka	4 2010	225	13	5.8%	—	—	—	—
138	Myanmar	11 2010	429	24	5.6%	11 2010	224	4	1.8%
139	Nauru	6 2013	19	1	5.3%	—	—	—	—
140	Haiti	11 2010	95	4	4.2%	11 2010	20	0	0.0%
141	Samoa	3 2011	49	2	4.1%	—	—	—	—
142	Tonga	11 2010	28	1	3.6%	—	—	—	—
143	Belize	3 2012	32	1	3.1%	3 2012	13	5	38.5%
“	Irã	5 2012	290	9	3.1%	—	—	—	—

“	Kuwait	7 2013	65	2	3.1%	—	—	—	—
“	Líbano	6 2009	128	4	3.1%	—	—	—	—
144	Comoros	12 2009	33	1	3.0%	—	—	—	—
“	Ilhas Marshal 1	11 2011	33	1	3.0%	—	—	—	—
145	Papua Nova Guiné	6 2012	111	3	2.7%	—	—	—	—
146	Ilha Solomon	8 2010	50	1	2.0%	—	—	—	—
147	Omã	10 2011	84	1	1.2%	10 2011	83	15	18.1%
148	Iêmen	4 2003	301	1	0.3%	4 2001	111	2	1.8%
149	Micronésia	3 2013	14	0	0.0%	—	—	—	—
“	Palau	11 2012	16	0	0.0%	11 2012	13	3	23.1%
“	Catar	7 2013	35	0	0.0%	—	—	—	—
“	Vanuatu	10 2012	52	0	0.0%	—	—	—	—
**	Colômbia	3 2014	165	?	?	3 2014	100	?	?
**	Tailândia	2 2014		?	?	3 2014	150	25	16.7%

* Corresponde ao número de assentos atualmente preenchidos no Parlamento.

** Os dados disponíveis foram insuficientes para determinar a colocação no ranking.

Bibliografia

- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, 2001.
- _____. “Mujeres y elecciones legislativas en Brasil: las cuotas y su (in)eficácia”. In: ARCHENTI, Nélide & María Inés Tula (eds). *Mujeres y política en América Latina*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Vol. 50, n. 3, 2007, pp. 535-577.
- ARCHENTI, Nélide e TULA, María Inés. “Algunas cuestiones iniciales sobre las leyes de cuotas”. In: ARCHENTI, Nélide & María Inés Tula (eds). *Mujeres y política en América Latina*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- _____. “La ley de cuotas en Argentina. Un balance sobre logros y obstáculos”. In: ARCHENTI, Nélide & María Inés Tula (eds). *Mujeres y política em América Latina*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. ‘The Forms of Capital’, in Richardson, John G., ed., *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York: Greenwood, 1986.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5 ed. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. *Lições de aula*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Sur l’État: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil, 2012.
- BURKE, Edmund. *Burke’s Politics*. Ross J. S. Hoffman and Paul Levack. New York, 1949.
- FOX, Richard L. and Jennifer L. Lawless. (2012 [2004]), “Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8.
- GAXIE, Daniel, “As lógicas do recrutamento político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.

- LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações Contemporâneas da representação. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, Brasília: 2009, pp. 63-93.
- MANIN, Bernard. “O princípio da distinção”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010 [1996], p. 187-226.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; e STOKES, Susan C. Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006 [1999]. 107.
- MANSBRIDGE, Jane. “Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent ‘yes’”. The Journal of Politics, Vol. 61, No. 3, (Aug., 1999), pp. 628-657.
- MATLAND, Richard. (2005), “Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems” in: Julie Ballington and Azza Karam (eds.). Women in Parliament: Beyond Numbers – A revised edition, IDEA.
- MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.
- _____ Representação política em 3D: Elementos pra uma teoria ampliada da representação política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, n. 51. 2003, pp. 123-140.
- _____ Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. Revista de Sociologia Política, 20, Curitiba: 2003, pp. 115-234.
- _____ Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. Revista e Sociologia Política, 25, Curitiba: 2005, pp. 25-38.
- _____ Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Unesp, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Revista Estudos Feministas, n. 18, Florianópolis: 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe, Danusa MARQUES e Carlos MACHADO. "Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados". Dados, vol. 58, nº 3. Rio de Janeiro, 2015, pp. 721-47.

- NORRIS, Pippa. "Conclusions: comparing legislative recruitment". In: Joni Lovenduski and Pippa Norris (eds). *Gender and Party Politics*. SAGE Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1993.
- _____ "Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada". In: Edurne Uriarte y Arantxa Elizondo (coord). *Mujeres en política*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- _____ In: *Electoral Engineering*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Ed. Paz e Terra, São Paulo: 1993.
- PERISSINOTTO, Renato M. e VEIGA, Luciana F. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Revista Opinião Pública*. Campinas, 2014, p. 49-66.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista de Estudos Feministas*. 2001, pp. 268-290.
- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. University of California Press, 1967.
- _____ "Representação: palavras, instituições e ideias". *Lua Nova*. São Paulo, 67, 2006.
- ROHDE, David W. "Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012 [1979].
- SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, 20 (2), Florianópolis: 2012, pp. 399-431.
- SANTOS, André Marengo dos e Miguel SERNA. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Vol. 20, n. 2, Porto Alegre: 1995.

- SCHLESINGER, Joseph. 1966. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally.
- SIEYES, Emmanuel, *Escritos y discursos de la Revolución*, Madrid, 1990.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- YOUNG, Iris Marion: *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo: 2006, pp. 139-190.
- _____. *O ideal da imparcialidade e o público cívico*. *Revista Brasileira de Ciência Política*. [online]. 2012, n.9, pp. 169-203. ISSN 0103-3352.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Currículo dos deputados federais*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em 22 de março de 2016.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). *Câmara Legislativa. Memória da Câmara Legislativa do DF, vol. 3: 1., 2., 3. e 4. legislaturas*. Brasília: Gráfica da CLDF, 2003.
- _____. *Câmara Legislativa do Distrito Federal. Conheça a Casa*. [Portal] Câmara Legislativa do Distrito Federal, Brasília [2016]. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/>>. Acesso em 30 de março de 2016.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Disponível em : <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Resultado das eleições anteriores no Distrito Federal para deputado distrital*. [Portal] Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, [2016]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP). *Women in National Parliaments*. Disponível em <<http://www.ipu.org>>. Acesso em 5 de maio de 2016.
- Página pessoal de Maria José Maninha. Disponível em: <<http://oblogdamaninha.blogspot.com.br/>>. Acesso em 22 de março de 2016.
- Página pessoal de Eliana Pedrosa. Disponível em: <<http://www.elianapedrosa.com.br/main/>>. Acesso em 22 de março de 2016.

Página pessoal de Liliane Roriz. Disponível em: <<http://www.lilianeroriz.com.br/>>. Acesso em 22 de março de 2016.

Página pessoal de Celina Leão. Disponível em: <<http://deputadacelinaleao.blogspot.com.br/>>. Acesso em 22 de março de 2016.

Página pessoal de Luzia de Paula. Disponível em: <<http://luziadepaula.com.br/>>. Acesso em 22 de março de 2016.

Página pessoal de Sandra Faraj. Disponível em: <<http://sandrafaraj.com.br/>>. Acesso em 22 de março de 2016.

Portal Eleições 2014 Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/>>. Acesso em 23 de março de 2016.

Portal Uol. Dados referentes aos políticos do Brasil. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>>. Acesso em 23 de março de 2016.